



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**AVALIAÇÃO ESCOLAR: CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELOS
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

LUZEMARIA CARLOS DE MEDEIROS MARQUES DA CUNHA

CURRAIS NOVOS - RN
2016

LUZEMARIA CARLOS DE MEDEIROS MARQUES DA CUNHA

**AVALIAÇÃO ESCOLAR: CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELOS
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio grande do Norte – UFRN, como um requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva.

LUZEMARIA CARLOS DE MEDEIROS MARQUES DA CUNHA

**AVALIAÇÃO ESCOLAR: CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELOS
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio grande do Norte – UFRN, como um requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Orientadora)

Prof^a. Dra. Maria Cristina Leandro de Paiva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a. Ma. Ivone Priscilla de Castro Ramalho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

CURRAIS NOVOS - RN
2016

Dedico a Deus onipotente, onisciente e onipresente e a todos que colaboraram na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser o meu pastor e salvador, fortaleza da minha vida, que me dá ânimo, iluminando meus caminhos quando penso em desistir;

A minha família, por ser a minha base e fonte de incentivo para os meus desafios, e, ao meu esposo, pelo companheirismo, compreensão incansável e amor que nos fortalece, une e acolhe nos momentos de desencanto;

A minha orientadora, Profa. Dr^a. Katiene Symone de Brito Pessoa da Silva, pelos esclarecimentos, contribuições, competência e comprometimento na construção desse trabalho;

A todos os professores que contribuíram ao longo dos meus estudos e jornada, pela busca de conhecimentos e por dividirem comigo seus conhecimentos e experiências profissionais, contribuindo na construção dos meus conhecimentos e formação acadêmica, ajudando-me a lançar um novo olhar sobre as pessoas, e em especial, sobre a educação;

Às inúmeras pessoas e amigos que contribuíram e ajudaram para a conclusão deste trabalho, a minha gratidão.

Para que a avaliação da aprendizagem possa cumprir o seu papel, com um dos componentes do ato pedagógico escolar, deve atuar a serviço de uma concepção desenvolvimentista do ser humano; caso não seja esta a concepção que norteia a ação pedagógica, a avaliação de aprendizagem não realizará o seu papel de subsidiária da ação, já que sua função é retratar a qualidade da realidade para intervenções adequadas, tendo em vista a construção dos melhores resultados possíveis. (Luckesi 2011, p. 73).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os critérios e instrumentos utilizados pelos professores do Ensino Fundamental I, como agente favorecedor do ensino aprendizagem e com que propósito ela vem sendo utilizada em sala de aula. Abordam-se as perspectivas e conceitos da avaliação, bem como os atores (professor, aluno e instituição escolar) envolvidos neste processo, e destacam-se as diferenças e semelhanças entre avaliar e examinar, incluindo os critérios e instrumentos avaliativos, além das competências e habilidades avaliativas na ótica dos documentos educacionais e estudiosos como Zabala (2010), Luckesi (2011), Hoffmann (2012), considerando-se que esses procedimentos podem afetar ou ajudar o aluno de diversas formas. O método utilizado faz referência a uma pesquisa exploratória, baseada na revisão literária, por meio de documentos, livros e artigos científicos, surgindo a necessidade de se pesquisar e estudar a prática da avaliação da aprendizagem escolar, sendo subsidiado por um estudo de caso. Evidencia-se também o desenvolvimento da avaliação no contexto escolar, elencando as diferenças entre a avaliação quantitativa e qualitativa, apresentando suas principais características e os resultados alcançados pela prática. A realidade mostra que, normalmente, a avaliação ocorre de forma classificatória e não por diagnóstico, o que contribui para o aumento do fracasso escolar. Este estudo explicita e relata que as diferentes metodologias utilizadas na avaliação da aprendizagem podem ser um diferencial na construção do conhecimento.

Palavras-chave: Avaliação. Construção do conhecimento. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the criteria and instruments used by elementary school teachers, as a proactive agent of teaching learning and for what purpose it has been used in the classroom. The perspectives and concepts of the evaluation, as well as the actors (teacher, student, learning and school institution) involved in this process are discussed, highlighting the differences and similarities between evaluating and examining, including evaluation criteria and instruments, besides Skills and evaluative skills from the perspective of educational documents and scholars such as Zabala (2010), Luckesi (2011), Hoffmann (2012), considering that these procedures can affect or help the student in different ways. The method used referred to a exploratory research, based on the literary revision, through documents books and scientific articles, arising the need to research and study the practice of evaluation of school learning, being subsidized by a case study. It is also evidenced the development of the evaluation in the school context, highlighting the differences between the quantitative and qualitative evaluation, presenting its main characteristics and the results achieved by the practice. The reality shows that, normally, the evaluation occurs in a classificatory way and not by diagnosis, which contributes to the increase in school failure. This study explains and reports that the different methodologies used in the evaluation of learning can be a differential in the construction of knowledge.

Key-words: Evaluation. Construction of knowledge. Teaching-learning.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	AVALIAÇÃO ESCOLAR: O QUE É AVALIAR?	12
2.1	ATORES ENVOLVIDOS NESTE PROCESSO.....	17
3	AVALIAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE ALUNO E PROFESSOR	24
3.1	AVALIAR <i>VERSUS</i> EXAMINAR	27
3.2	CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	32
3.3	AVALIANDO COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	38
4	A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS	43
5	OS PASSOS DA PESQUISA: METODOLOGIA	47
6	ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	50
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	58
	ANEXO	60

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar os critérios e instrumentos utilizados pelos professores do Ensino Fundamental I, uma vez que o mesmo traz um leque de informações e questionamentos. O trabalho se pauta em estudos, leituras, pesquisas e em um estudo de caso sobre o referido assunto, o qual tem grande relevância no processo ensino-aprendizagem no contexto escolar e educacional. Para isso, foi necessário compreender o que é avaliação, quais são os atores envolvidos nesse processo e suas relações, diferenças e semelhanças entre avaliar e examinar, critérios e instrumentos avaliativos e as competências e habilidades avaliativas. Entende-se que o processo de avaliação é um dos pontos relevantes e necessários para saber se, de fato, está ocorrendo uma aprendizagem significativa.

Sendo a avaliação escolar um agente favorecedor ao ensino aprendizagem, pretende-se saber, através dos documentos oficiais sobre a educação brasileira, o que eles trazem e asseguram sobre o assunto, como também se existe um direcionamento de como ela deve ocorrer e/ou se desenvolver na escola.

Essas curiosidades levam a experimentar e buscar oportunidades de pensar em todos estes aspectos pontuados anteriormente, ou seja, na avaliação escolar sob diferentes óticas, podendo afirmar que toda experiência vivida durante o estudo foi formativa, na medida em que contribuiu para a reflexão do trabalho desenvolvido.

Longe de serem questões de cunho filosófico, este questionamento sobre os critérios e instrumentos utilizados pelos professores do Ensino fundamental I na avaliação escolar, foi tomando outro contorno quando se deparou com o estudo de caso da turma de quarto ano da Escola Municipal Professora Maria Antônia de Lima, no município de Santana dos Matos/RN. Ao se debruçar no referido estudo, o mesmo oportunizou, horizontalmente, discussão por meio de orientações e leituras, e até mesmo por meio do questionário aplicado na referida instituição, havendo um afunilamento da temática, visto que o processo de avaliação apresenta diversos elementos que, de forma inter-relacionada, são fortemente influenciados, como por exemplo: dimensões macroavaliação, mesoavaliação e a avaliação da aprendizagem. Com isso, foi se redimensionado a temática e assim priorizou-se, focando a avaliação da aprendizagem.

No caso específico deste trabalho que aborda “Avaliação escolar: critérios e instrumentos utilizados pelos professores do Ensino Fundamental I”, da referida instituição, e

à luz dos documentos que norteiam a política educacional, pode-se caracterizá-lo como uma pesquisa de caráter documental, exploratório, que busca descrever e analisar o corpus (documentos educacionais) na perspectiva de buscar relacioná-los para alicerçar o estudo aqui presente.

Com o intuito de analisar a questão da avaliação escolar na escola supracitada, a perspectiva metodológica central deste trabalho está voltada para a leitura reflexiva sobre o ato de avaliar, os critérios e instrumentos avaliativos utilizados pela professora de 4º ano do Ensino Fundamental I, buscando identificar e compreender como se dá as relações existentes entre os critérios e instrumentos de avaliação para avaliar os alunos do ensino fundamental I. Neste caso, buscou-se estabelecer, como foi dito, um diálogo entre o que preconiza explicitamente os documentos educacionais analisados e os teóricos que abordam a temática, a citar Zabala (2000-2010), Hoffmann (1991-1996-2012), Freire (1987-2009), Haydt (2006), Luckesi (1991-1993-2011), dentre outros que, nos últimos anos, têm contribuído para o aprofundamento e reflexão acerca da temática analisada.

Assim, esta pesquisa está estruturada em momentos distintos, porém complementares, e que em virtude da sua dinâmica ocorreram, em determinados momentos, de forma simultânea: o primeiro, referente à pesquisa de natureza bibliográfica de trabalhos (livros, revistas, artigos); o segundo diz respeito à leitura dos documentos oficiais da educação e o terceiro está relacionado ao levantamento de dados junto à professora da instituição, por meio de questionário, com questões abertas acerca da concepção de avaliação e dos critérios e instrumentos utilizados por ela; e por último, a análise dos resultados na perspectiva de estabelecer relações entre documentos educacionais, teóricos e autonomia da referida professora, na perspectiva de que a avaliação escolar possa contribuir para o progresso e a melhoria do ensino aprendizagem. Para tanto, analisou-se os dados coletados da pesquisa de maneira a constituir uma discussão corroborativa, contribuindo reflexivamente para aprimoramento da prática avaliativa.

A finalidade deste estudo é desenvolver uma breve análise sobre a prática avaliativa, como ela favorece no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo do aluno, e auxilia na prática educativa do professor, possibilitando-o diagnosticar os saberes adquiridos pelo aluno durante o ensino em sala de aula.

As reflexões apresentadas em torno do tema propõem que, para se avaliar, o professor poderá utilizar as ferramentas de verificação para diagnosticar o conhecimento do aluno e o que ele aprendeu ou deixou de aprender. O ato de avaliar deverá sempre ter uma intensão integradora ampla na formação do aluno, e nunca deve ser visto como um ato isolado que só serve para rotular o aluno na ação educativa. Esta compreensão só ocorrerá mediante análise e reflexão de quem avalia – o professor, e mostrando que a avaliação não pode parar nas constatações; é preciso dar sequência ao que foi avaliado, através de intervenções adequadas, para que o aluno possa ter um bom desenvolvimento educacional. Para isso, é necessário saber se, de fato, o professor avalia ou examina o aluno no processo educativo.

2 AVALIAÇÃO ESCOLAR: O QUE É AVALIAR?

Para entender o significado de avaliação, é pertinente perguntar: o que é avaliar? Se se está sempre fazendo apreciações sobre o que se vê, o que se faz, se ouve, se veste, o que agrada ou desagrada, ou seja, se está sempre avaliando algo, alguém ou alguma coisa. A avaliação está presente na atividade humana e no cotidiano, no julgar, no comparar, no ato de refletir, isto é, avaliar. Já quando se trata da avaliação escolar, conhecida também como avaliação do processo ensino-aprendizagem ou avaliação do rendimento escolar, esta tem como dimensão de análise a aprendizagem e o desempenho dos atores envolvidos nesse processo: o professor, o aluno e todo sistema de ensino que é concretizado no contexto escolar.

Diante do exposto, compreende-se que a avaliação escolar é um meio de conseguir informações sobre os avanços e dificuldades do aluno. A mesma deve ser um suporte constante para nortear e direcionar as ações de (re) planejamento do professor, com fim de auxiliar o aluno a dar continuidade em seu processo de escolarização. Nessa perspectiva, Piletti (1991, p. 190) esclarece que

a avaliação é um processo contínuo de pesquisa que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo.

De acordo com Zabala (2010, p. 196), “talvez a pergunta que permite esclarecer em cada momento qual deve ser o objeto e o sujeito da avaliação seja aquela que corresponde aos próprios fins do ensino: por que temos que avaliar?”. Certamente, a partir da resposta a esta pergunta surgirão outras, por exemplo, o que se tem que avaliar? A quem se tem que avaliar? Como se deve avaliar? Como se tem que comunicar o conhecimento obtido através da avaliação?

Nesse contexto de produção do conhecimento, a avaliação serve para subsidiar e garantir uma aprendizagem satisfatória ao aluno, que se dará através dos acompanhamentos diversos, os quais auxiliam o professor a diagnosticar como está o desempenho do aluno no percurso de sua vida escolar. Esse diagnóstico não tem serventia para classificar ou rotular o aluno como “bom” ou “mau”, mas, tão somente, para identificar o que deu certo e o que precisa melhorar com relação ao ensino-aprendizagem.

Diante dessas considerações, o professor deve ser levado a refletir, para compreender que a avaliação não deve ter caráter seletivo, classificatório ou competitivo. Se o tiver, não atenderá o seu propósito que é de diagnosticar, mediar e auxiliar o professor a detectar entraves na aprendizagem do aluno, os quais poderão ser de natureza didática, pedagógica, física, afetiva, cultural ou ambiental. Caso seja diagnosticado algum desses entraves no aluno, o professor está apto para fazer uso das observações, análises, ações específicas e intervenções pedagógicas necessárias e efetivas na aprendizagem desse aluno.

No entanto, faz-se necessário que o professor tenha conhecimento sobre as modalidades de avaliação (diagnóstica, formativa e somativa) e ver qual modalidade se adapta à pedagogia adotada pela instituição, para que o mesmo alcance um bom resultado em sua prática educativa. Segundo Hoffmann (2012, p. 15),

avaliar na concepção mediadora, portanto, engloba, necessariamente, a intervenção pedagógica. Não basta estar ao lado da criança, observando-a. Planejar atividades e práticas pedagógicas, redefinir posturas, reorganizar o ambiente de aprendizagem e outras ações, com base no que se observa, são procedimentos inerentes ao processo avaliativo. Sem a sua ação pedagógica, não se completa por ciclo da avaliação na sua concepção de continuidade, de ação-reflexão-ação.

É interessante considerar que, historicamente, nas escolas e entre os professores, quando o assunto é avaliação, os alunos são classificados como os que “sabem” e os que “não sabem”, fazendo da avaliação um ato de punir os que não sabem, através da retenção, causando infortúnios como baixa autoestima, evasão escolar, entre outros, os quais não se podem deter no momento. A avaliação, ao invés de avaliar o que de fato os alunos aprenderam ao longo do processo educativo, potencializando os saberes já constituídos, acaba por colaborar com uma prática que está arraigada com a utilização destes “rótulos”. Assim, a avaliação deixa de ser vista como um processo e passa a ser vista como um produto, ganhando características que estão associadas a medir e classificar o conhecimento adquirido pelo aluno em um tempo específico, dando ênfase aos resultados das provas mais do que a aprendizagem concreta. Para Hoffmann (1996, p. 26), “o sistema classificatório é tremendamente vago no sentido de apontar as falhas do processo. Não aponta as reais dificuldades dos alunos e dos professores. Não sugere qualquer encaminhamento, porque discrimina e seleciona, antes de mais nada”.

Sabe-se que a avaliação ultrapassa os muros da escola, pois ela ainda é vista por parte da sociedade e da própria comunidade escolar, como se seu objetivo fosse o de aprovar ou reprovar o aluno, uma ideia que compromete o trabalho do professor quanto ao processo de aprendizagem do aluno. Este entendimento, de que a avaliação deve ter este caráter classificatório e que ela serve para isso, é como se a sociedade fosse feita de pessoas muito “boas” e pessoas com muitas dificuldades, não considerando as diferenças entre estas, o que acaba por resultar em uma cultura avaliativa excludente e punitiva. Por isso, a importância de ressaltar que a avaliação deve ser desprendida do poder. Quer seja para “castigar” ou “premiar”, seu real compromisso é que o aluno aprenda.

Com base na Lei nº 9.324/96, que trata das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, quanto à avaliação, está claro no Capítulo II, art. 24, inciso V, que a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

É válido ressaltar que contrária a esta visão está toda e qualquer prática escolar que realize procedimentos avaliativos para apenas obter notas, conceitos e classificar, de maneira estratificada, o desempenho dos alunos, sem permitir melhoras de rendimento para oportunizá-los a apagar marcas negativas e punitivas em suas notas baixas. Ao visualizar este tipo de prática depositada, internalizada e rotulada no aluno, o professor deve motivar cada vez mais os avanços, inclusive tentar diminuir os itens punitivos e as dimensões punitivas que acabam por desmotivar qualquer sujeito que esteja em processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, a avaliação deve ser vista como aliada no processo de aprendizagem, pois permite acompanhar a construção do conhecimento, identificar eventuais dificuldades e corrigi-las. Isso significa dizer que o aluno não pode ser avaliado num momento isolado do resto do processo, porque, além de fragmentado, este momento está desvinculado de todo o processo. Provas e testes não são os principais instrumentos de avaliação do bimestre. As demais atividades realizadas fazem parte do processo ensino-aprendizagem, isto é, o processo de avaliação adquire finalidades que vão além de uma promoção ou reprovação dos alunos. Ela se direciona para os cuidados de uma educação integral de qualidade. Enfim, ao discorrer sobre o assunto, Haydt (2006, p. 288) questiona que “a avaliação é um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos”.

Tendo analisado o que foi acima exposto, na maioria das vezes a avaliação é entendida como sinônimo de aplicação de testes formais. Apesar de serem importantes, existem outros meios e ferramentas que possibilitam averiguar a habilidade do aluno, como a adaptação pessoal e habilidades psicomotoras, podendo ser avaliado por meio de registros sistemáticos, entrevistas e observações que ajudarão no processo de avaliação.

Dessa forma, constata-se que não é só por parte da escola e dos professores a preocupação de aprovação e reprovação, mas também dos pais dos alunos, relevando a aprendizagem a segundo plano, sendo que a aprovação deve acontecer, mesmo que o aluno não tenha compreendido coisa alguma. Dá para concordar com Luckesi (2011, p. 36), quando afirma que

pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos tem suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem.

Por esta razão, não levar em conta o processo de internalização que é peculiar de cada aluno, acaba por frear o seu desenvolvimento. Esses rituais classificatórios, pelos quais todos passam, possibilitam a uns o aprofundamento no conhecimento e a outros a estagnação ou repúdio à escola. Na realidade, a preocupação dos pais, professores e escola com os alunos parece ser pautada apenas no “se aprendeu” e não “como aprendeu”, isto é, se aprende o conteúdo cumulativo decorando ou mecanicamente, não importa. Esta aprendizagem, por vez, está associada à nota do aluno, que esclarecerá o que ele aprendeu através da sua pontuação obtida, e não como o aluno aprendeu, internalizou e se apropriou deste conhecimento cumulado historicamente e cientificamente, se o mesmo é efetivo e pleno. Este se relaciona ao desenvolvimento prévio, crítico, investigativo e reflexivo do aluno. Por isso, a necessidade de se levar em consideração como se deu a internalização do processo de aprendizagem do aluno. A esse respeito, Hoffmann (1996, p. 11) argumenta que

muitos fatores dificultam a superação da prática tradicional, já tão criticada, mas, dentre muitos, desponta sobremaneira a crença dos educadores de todos os graus de ensino na manutenção da ação avaliativa classificatória como garantia de um ensino de qualidade, que resguarde um saber competente dos alunos.

À luz desses parâmetros, acredita-se que a avaliação precisa classificar o aluno quantitativamente, e que a nota prevalece sobre a aprendizagem do mesmo. Por conseguinte, sendo a nota obtida nos exames, o principal quesito, o aluno que conseguir a maior nota, esse provavelmente ganhará o título de melhor aluno. Sendo assim, não se leva em consideração as especificidades do aluno, tais como valores, visões de mundo, aptidões, habilidades, competências, criatividade e comportamentos não mensuráveis. Logo, o conhecimento prévio não tem importância na construção do seu próprio aprendizado. O saber do aluno não deve ser visto como algo secundário e sem importância, pois quando se ignora este conhecimento singular e individual, se dá margem para que o mesmo não se interesse pelo que esteja sendo ensinado, nem tão pouco pelo que vai ser internalizado, que é a aprendizagem.

Posteriormente, este tipo de procedimento não visa auxiliar o aluno a desenvolver suas atividades cognitivas significativamente e termina por desprezar, desmotivar e desfavorecer a capacidade intelectual que o aluno tem de se expressar de modo criativo, sensível e/ou emocional, não o favorece nem amplia o conhecimento das potencialidades para possível aproveitamento da sua vida escolar. O professor deve investir no processo do aluno, e não nos resultados, pois o aluno tem que ser protagonista de sua aprendizagem, para não vir a ser rotulado negativamente como alguém que não sabe. Nessa proposição, Hoffmann (1996, p. 17 a 18) considera que

é preciso atentar para o fato de que uma escola de qualidade é a que dá conta, de fato, de todas as crianças brasileiras, concebidas em sua realidade concreta. E a escola, hoje, insere-se numa sociedade marcada por muita violência, miséria, epidemias, instabilidade econômica e política. O caminho para o desenvolvimento é uma educação igualitária, que acolha os filhos dessa geração em conflito e projete essa geração no futuro, conscientes do seu papel numa possível transformação. Se essa criança desde logo for considerada como de um futuro impossível, não terá nem um tempo justo de provar o quanto poderemos contar com ela.

Outro ponto possível de questionamento é que, no decorrer dos anos, as discussões sobre a avaliação se tornaram cada vez mais frequentes, onde se discute que o processo avaliativo não deve ser seletivo e classificatório, mas mediador e formativo. Partindo desse pressuposto, Luckesi (2011, p. 41) afirma que

a avaliação da aprendizagem escolar, além de ser praticada com tal independência do processo ensino-aprendizagem, vem ganhando foros de independência da relação professor-aluno. As provas e exames são realizados conforme o interesse do professor ou sistema de ensino. Nem sempre se leva em consideração o que foi

ensinado, mais importante do que ser uma oportunidade de aprendizagem significativa, a avaliação tem sido uma oportunidade de prova de resistência do aluno aos ataques do professor, as notas são operadas como se nada tivessem a ver com a aprendizagem. As médias são medidas entre números e não expressões de aprendizagens bem ou mal sucedidas.

Em adição a essas considerações, pode-se assimilar que a avaliação é a reflexão transformada em ação. Esta deve impulsionar as novas reflexões, tornando-se parte integrante do avaliador, no caso o professor, para que o mesmo possa realizar seu trabalho de forma dinâmica, possibilitando ao aluno participar, interagir e aprender em suas aulas, de maneira criativa, atuante e expressiva. Assim, a avaliação passa a ser um agente favorecedor em todo o processo educacional.

2.1 ATORES ENVOLVIDOS NESTE PROCESSO

Quando se fala em avaliação da aprendizagem, surge a necessidade de entender que é um processo que envolve os professores, os alunos, os conteúdos apresentados, tendo a escola e todo o sistema de ensino como campo de atuação para a construção do conhecimento.

Fundamentando-se nas concepções de aprendizagem que se aproxima a uma proposta de uma escola inclusiva, mais democrática e que considera a aprendizagem do aluno, torna-se conveniente questionar: Será que a avaliação elaborada pelo professor, na maioria das vezes, tem o intuito de prejudicar o aluno como se fosse uma punição pelo seu comportamento? Bem, sendo esta intenção, professor e aluno não chegarão a lugar algum? O rendimento de uma turma ou grupo estar relacionado com a didática ou a metodologia do professor?

Diante dessas considerações, é conveniente ressaltar que no processo de avaliação o professor precisa estar atento, para não desconsiderar sua função social. Afinal, os alunos foram entregues aos seus cuidados. Isto quer dizer que o professor é o profissional que detém as competências para ensinar àquela turma, mesmo levando em consideração os diferentes níveis de aprendizagem.

Para tanto, é interessante buscar subsídios teóricos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (1997, p. 55), nos quais está escrito que

a avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo.

Nesse sentido, acredita-se que os professores, ao ministrarem suas aulas, poderão criar instrumentos avaliativos que se adequem e que possam auxiliar no favorecimento do processo de aprendizagem de seus alunos, para não se deter apenas ao desempenho em provas que poderão excluí-los ou marginalizá-los. Sendo assim, a criação de instrumentos subsidiará o trabalho do professor “avaliador”, para que o mesmo não venha avaliar de uma única forma, dando margem à ação de exclusão ou evasão escolar. Conforme foi ressaltado por Luckesi (2011), a postura que diferencia o professor avaliador do professor examinador é que o “avaliador” sempre busca a melhoria da aprendizagem do aluno, enquanto o “examinador” só tem por objetivo medir e classificar os conhecimentos dos discentes.

A busca de conclusões indica que, se o professor conseguir avaliar o aluno de forma positiva e justa, os objetivos serão alcançados, pois este avaliará o que conseguiu ensinar. Nesse caso, a avaliação funciona como um termômetro da prática educativa do professor e, ao rever sua prática, este deve estar aberto a novas metodologias e observar as características individuais de seus alunos, os quais não são padronizados nem homogêneos, pois não aprendem da mesma maneira.

Diante dessa realidade e durante esse processo, o professor precisa se tornar um pesquisador, buscar metodologias pedagógicas adequadas para sua turma, debruçando-se sobre a sua prática de ensino-aprendizagem, confrontando-as com as teorias e com suas próprias convicções, o qual concebe seu ato de avaliar, tomando consciência de sua importância no sucesso ou até mesmo no fracasso de seus alunos. Conforme entrevista concedida por Zabala à Revista Nova Escola (Junho/2015, s/p), em se tratando da Educação Infantil, esta inspira avaliação formativa e afirma que

as técnicas para atender a diversidade estão na Educação Infantil. O que fazem as crianças lá? Ficam sentadas umas atrás das outras, escutando o mestre? Não, elas fazem coisas. E não fazem sozinhas. Estão sempre com os colegas, em pares ou trios. Um olha o outro e aprende com ele. (...) A professora não transmite conhecimento, ela ajuda a todos, cobrando tarefas e querendo saber por que motivo não as executaram, quais as dificuldades. O modelo de avaliação também está lá. Os professores não sancionam seus alunos, dizendo que não sabem para orientá-los.

Dessa maneira, merece ressaltar que na Educação Infantil se busca acompanhar, orientar, reorientar os passos das crianças, canalizando as suas necessidades com os espaços educativos, comumente prazerosos, diagnosticando dificuldades e atentando para intervenções necessárias; não se utiliza de notas para controlar ou obrigar o aluno a estudar.

Os resultados evidenciam que os professores devem se espelhar neste processo, para dar continuidade ao que vem dando certo e prosseguir adiante, de forma significativa e efetiva. As práticas avaliativas dos professores que detêm as do passado, em que o objetivo não é o pleno desenvolvimento de todos, termina por minguar ou retardar a desenvoltura do aluno. Percebe-se que as mudanças estão acontecendo aos poucos, com a conscientização dos professores sobre a importância da avaliação da aprendizagem como agente favorecedor no processo formativo do aluno, onde erros e acertos contribuem para a construção do conhecimento e não apenas como mecanismos de seleção e exclusão dos mesmos.

Em se tratando do “erro”, muitas vezes é um presente que o aluno dá para o professor e frequentemente o professor não reconhece dessa maneira. Por que um presente? Porque se o professor quer compreender como é que o aluno está fazendo o percurso de aprendizagem e a concebendo, ele está preocupado em compreender o processo para fazer uma interferência mais significativa para o aluno, e quando o aluno erra, ele expressa uma maneira particular, singular de sua compreensão sobre determinado conteúdo.

Fundamentando-se nessa perspectiva, o professor tem em mãos um elemento precioso para compreender quais são os caminhos que este aluno está percorrendo, como é que ele está fazendo, como estabelece as relações a partir das questões que estão sendo apresentadas na sala de aula. Enquanto o professor estiver nesta tentativa de classificar as respostas do aluno como “acertos ou erros”, não estará trabalhando com conhecimento. Trabalhar com conhecimento implica em se arriscar ao erro, pois tudo que é novo traz a possibilidade de erro, e se o aluno não pode errar na sala de aula, porque de alguma forma vai ser punido, ele não tenta e nem tão pouco aprende. O erro pode ser visto como uma fonte de virtude no sentido de que ele faz parte da construção do conhecimento. Se for visto como ponto de partida e não como o final de uma etapa, ele pode ser suporte para a aprendizagem. Dada a relevância da avaliação, Haydt (2006, p. 287) enfatiza que

o conceito de avaliação da aprendizagem está ligado a uma concepção pedagógica mais ampla, isto é, a uma visão de educação. Ele depende, portanto, da postura filosófica adotada. Além disso, a forma de encarar e realizar a avaliação reflete a atitude do professor [...] autoritário e inseguro poderá ver na avaliação uma arma de tortura ou punição para alunos apáticos ou indisciplinados. Por sua vez, um professor que seja sério e responsável, seguro de sua prática docente, que orienta as atividades de aprendizagem dos alunos, colaborando com eles na construção do conhecimento, tenderá a encarar a avaliação como uma forma de diagnóstico dos avanços e dificuldades dos alunos e como indicador para o replanejamento de seu trabalho docente. Nessa perspectiva, a avaliação ajuda o aluno a progredir na aprendizagem, e o professor a aperfeiçoar sua prática pedagógica.

É pertinente dizer que não basta o professor tomar certo conteúdo e planejar, ir para sala de aula e apresentá-lo e dá por encerrado o seu trabalho. Ele precisa compreender que sua prática pedagógica deve ir além de ensinar conteúdos. Ele deve ensinar o aluno a pensar, através de situações que aguce a curiosidade do aluno, com questões que o inquiete, com perguntas que despertem o aluno a argumentar, opinar e a debater, e isso implica em decisões constantes, continuadas e precisas, pelo professor.

A partir dessas concepções, pode-se perceber que a preocupação do professor deve ser legítima ao adotar as ações que serão realizadas em sala de aula pelos alunos e que, a priori, refletirão como espelho na sociedade e na cultura em que estão inseridos cabendo ao professor mediar os conhecimentos que estão sendo desenvolvidos e manifestos de maneira séria e competente. Portanto, o professor, ao pensar no ensino como prática social que é, deve se conscientizar e buscar um significado reflexivo, dinâmico, crítico e consciente de sua ação docente, em que possibilite clareza mediante as suas ações realizadas. Caso isso não aconteça, ele correrá o risco de se omitir ou intervir na liberdade de expressão, ou até mesmo de não incentivar ou não despertar o aluno para uma postura consciente e edificante na construção do saber. Nesse sentido, Haydt (2006, p. 57) evidencia que “cabe ao professor, durante sua intervenção em sala de aula e por meio de sua interação com a classe, ajudar o aluno a transformar sua curiosidade em esforço cognitivo e passar de um conhecimento confuso, sincrético, fragmentado, a um saber organizado e preciso”.

O problema que é colocado, coerentemente, é que o professor necessita ter consciência do trabalho que desenvolve, além do planejar, executar e avaliar intencionalmente suas ações. Ele precisa compreender que seu papel é abrir caminhos para que os alunos desenvolvam todas as capacidades cognitivas: aprender, compreender, concluir, analisar, comparar, sintetizar etc., uma vez que a sua aula deverá apresentar a organização e a dinâmica de atividades que façam sentido para aluno.

Assim, evidencia-se que o professor, ao exercer sua docência, tem como obrigatoriedade refletir sobre suas ações pedagógicas, para analisar como está sendo apreendido o conhecimento pelo aluno e se de fato está havendo avanço ou retrocesso no desenvolvimento do mesmo. Afinal, quando o professor ensina, ele testemunha sua prática pedagógica e a docência com que a faz. O professor deve se preocupar em avaliar o aluno continuamente, pois caso haja necessidade, ele deve retornar ao conteúdo e, com um olhar investigador, perguntar: o que não deu certo? Por que os alunos não conseguiram aprender?

Ou, se apreenderam o conteúdo. Isso é relevante para o professor, pois a partir daí ele poderá redimensionar suas ações para alcançar o que tanto almeja, que é o desenvolvimento efetivo do aluno.

O professor não pode pensar que o aluno está para receber conteúdo, conceitos e informações e, no final, devolvê-los através de provas exatamente como lhe fora ensinado, ou seja, “repetir” o que lhe foi ensinado mecanicamente, o que acaba por delimitar o aluno, o qual passa a ser visto como alguém que não tem condição de pensar, é incapaz de criar e participar do seu próprio conhecimento, dependendo totalmente dos critérios do professor.

Sendo assim, o conhecimento é tido como um conjunto de informações, as quais, se o aluno não consegue retê-las na memória para depois repeti-las, o mesmo não é bem visto na escola, já que o conhecimento se encerra na retenção daquilo que foi abordado pelo professor, isto é, numa retenção padronizada, mecânica e acabada. Se o professor tiver essa conduta, conduz ao entendimento de que ele quer que o aluno seja passivo, dependente e sem autonomia, mostrando que sua prática pedagógica é impermeável. Será que aluno não teria condições, juntamente com o professor, de superar essas dificuldades cristalizadas no ensino-aprendizagem? Em face disso, Haydt (2006, p. 61) diz que

Quando o professor concebe o aluno como um ser ativo, que formula ideias desenvolve conceitos e resolve problemas de vida prática através da sua atividade mental, constituído, assim, seu próprio conhecimento, sua relação pedagógica muda. Não é mais uma relação unilateral, onde professor transmite verbalmente conteúdos já prontos a um aluno passivo que memoriza.

Convém ressaltar que o processo de conhecimento é ativo, mesmo que o aluno tenha que se apropriar do conhecimento que já existe. Ele também pode assumir o papel de criador do conhecimento e, quando isso acontece, a aprendizagem se torna significativa para o aluno. É neste momento que o professor passa a ser visto como mediador do conhecimento, adotando uma conduta relevante e adequada à aprendizagem do aluno em sua prática pedagógica. A esse respeito, Luckesi (1990, p. 111) afirma:

a ação humana exercida, coletivamente, sobre a natureza possibilita ao ser humano compreender e descobrir o seu próprio modo de agir. A ação prática sobre a realidade desperta e desenvolve o entendimento, a capacidade de compreensão e emergência de níveis de abstração cada vez mais complexos.

É apropriado frisar que o professor não pode assumir, em sala de aula, uma postura de imparcialidade com os alunos. A indiferença, nesse momento, não é a coisa certa a se fazer,

pois observar a sala de aula é de inteira responsabilidade do professor. Fingir que não existem conflitos, ou querer se isolar, para não resolver as dificuldades ou mesmo permanecer em desvios fácieis, só mostra a incapacidade que ele tem de resolver eticamente os problemas que surgem na sala de aula, além de sua mesquinhez no exercício educativo. No entanto, o professor deve se tornar capaz de mediar, valorizar e decidir o seu caráter formador, isto é, estar apto para exercer sua autoridade, em benefício da harmonia da turma, para que não venha a soterrar, negar ou cortar sonhos que estão sendo construídos pelos alunos com relação à aprendizagem. No momento em que o aluno compreende que é possível participar, interagir em um processo permanente na construção do seu conhecimento, ele certamente se envolve nesse processo. Com relação à autoridade do professor em sala de aula, Haydt (2006, p. 64) argumenta que “a autoridade do professor é autoridade amiga, de quem estimula, incentiva, orienta, reforça os acertos, mostra as falhas e ajuda a corrigi-las. É autoridade de quem auxilia a descobrir alternativas, mostra caminhos e abre perspectivas”.

Face ao exposto, é válido recordar que para o professor exercer seu papel e sua autoridade pedagógica é preciso que se assuma como ser social, pensante, transformador, competente e político. Este fará mediações entre cultura, sociedade e aluno e, para que isso ocorra de maneira satisfatória, é necessário que ele possua conhecimentos, competências e habilidades suficientes como: compreensão do contexto em que está inserido, compromisso com seu fazer pedagógico, competência em sua área de conhecimento e, através de sua habilidade, auxiliar o aluno adequadamente nas atividades propostas.

Tudo isso revela que, para que o professor tenha sucesso, ele carece ter técnicas apropriadas, competência e habilidade para possibilitar ao aluno a apropriação do conhecimento de maneira eficaz. Isso tudo se resume e se completa com a habilidade a qual é nomeada de “arte de ensinar ou prazer de ensinar”. Cabe lembrar que não existe professor que passe pelo aluno e não deixe sua marca (autoritário, sério, irresponsável, amoroso, estressado, indisciplinado, comprometido, acomodado, entre outros adjetivos), por isso, a importância de se envolver com seriedade, altruísmo e maturidade em seus afazeres. O professor não passará despercebido pelos alunos, é quando eles testemunharão sua ética e seus atributos em sala de aula. Recordando Freire (2009, p. 65), fica, pois, claro que “a prática docente especificamente humana é profundamente formadora, por isso é ética”.

Dada as circunstâncias, o professor deve sempre lembrar que, para ensinar qualquer conteúdo, ele tem que ter respeito aos saberes dos alunos e a seus conhecimentos prévios. Em hipótese alguma deve obscurecer que o aluno é um sujeito ativo, e para que ele efetivamente

aprenda e se desenvolva, deve repensar e criar oportunidades, a fim de desenvolver suas capacidades cognitivas e construir o seu próprio conhecimento.

Como se pode depreender dos comentários acima, sabe-se que o conhecimento é entendido como aquilo que se aprende nos livros, nas aulas, nas conversas, nos meios de comunicação, nas redes sociais, mas que tenham escopo de alcançar entendimento satisfatório na cognição afetiva, moral, social e política do aluno, não sendo apenas transmissão e retenção de partes de informações, que comumente é entendida pela escola. Esta distorção acaba por dificultar a aprendizagem do aluno. Ou seja, que ele consiga compreender a realidade que está a sua volta. É exatamente esta questão que afirma Luckesi (1993, p.122): “o conhecimento, em síntese é, uma forma de entendimento da realidade”. E ainda acrescenta que

o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade. Ou seja, a realidade exterior adquire no interior do ser humano, uma forma abstrata pensada, que lhe permite saber e dizer o que essa realidade é. A realidade deixa de ser uma incógnita, uma coisa opaca, para se tornar algo compreendido, translúcido.

Por esta razão, o professor dificilmente irá realizar um bom trabalho se não tiver certa compreensão da realidade na qual atua, conhecimento da realidade dos componentes da comunidade escolar e dos seus alunos, como peça fundamental para que possa planejar, direcionar sua aula e, principalmente, avaliar seus alunos. Sabe-se que uma ação executada necessita ser apreciada, e que a avaliação é fundamental, mas nem sempre é feita com um olhar atencioso e voltado para transformação, orientação, como o próprio conceito de avaliação sugere ação-reflexão-ação, para uma tomada de decisão.

A busca de conclusões aponta que a avaliação não pode fugir do seu significado constitutivo, que é subsidiar o professor no alcance de informações importantes sobre o conhecimento do aluno, para que, em seguida, promova ações necessárias para o desenvolvimento do aluno, quer dizer, para se fazer um processo pedagógico consciente é necessário um processo avaliativo reflexivo.

3 AVALIAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE ALUNO E PROFESSOR

Toda essa visão teórica faz perceber que o aluno e o professor são sujeitos importantes do processo educativo em que a avaliação da aprendizagem ocorre e se desenvolve com intuito de mediar o ensino-aprendizagem. O aluno é parte integrante desse processo, o qual, ao ser orientado, terá que manifestar suas vontades e interesses, através das interações, compromissos e desejos de aperfeiçoar seus saberes durante o processo educacional no qual está inserido. Dessa forma, a interação do aluno se faz importante, pois ajuda o professor e a escola a evitar penalidades ou atitudes que venham prejudicar o próprio aluno, ajudando a entender o motivo do “porquê” o aluno não está correspondendo aos estímulos educacionais que está recebendo. Diante disso, Luckesi (1993, p.119) salienta que “é preciso compreender o aluno a partir dos seus condicionantes econômicos, culturais, afetivos, políticos etc., se quer trabalhar adequadamente com ele”.

Todavia, é importante afirmar que nessa interação aluno/professor, cabe a este o papel de facilitador e estimulador, orientando o aluno a se envolver na construção do seu próprio saber, estimulando-o a pensar, a se integrar com os fatos, desenvolver a cultura da curiosidade, interagir através de perguntas, o espanto, a inquietação do querer saber mais, ou seja, criar a alegria do pensar. Ações como estas devem ser inerentes ao objetivo da educação. O professor conseguirá incentivar o aluno quando ele conseguir provocar e despertar o gosto pelo estudo, e não porque professores, escola e/ou os pais mandam, ordenam e obrigam, pois, na maioria das vezes que isso acontece, estraga a oportunidade de efetivar um ensino por excelência. Mas, se o aluno foi mediado de maneira singular ou conduzido de forma prazerosa ao conhecimento, ele o absolverá significativamente. Com efeito, concorda-se com Freire (2009, p. 88) quando o mesmo fala sobre a curiosidade: “o exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções, a capacidade de conjecturar, de comparar, na busca da perfilização do objeto ou do achado de sua razão de ser”.

Nesse sentido, pela perspectiva do autor em discussão, o professor comprometido é aquele que, enquanto ministra sua aula, consegue conduzir o aluno à curiosidade, intimidade de seus pensamentos, desafia e permite que os alunos interajam. O bom professor é também aquele que consegue organizar seus conteúdos levando em conta as características individuais, culturais e sociais de seus alunos. É importante que o professor esteja aberto à inovação, e o ato de inovar-se exige pesquisa, raciocínio, criticidade e criatividade como alternativas de intervenções para solucionar possíveis problemas, o que confere ao avaliador a

missão de sempre se aprimorar. Educar não significa simplesmente passar adiante conhecimentos adquiridos durante o período de formação do professor. Vai muito além.

É válido ressaltar que o professor, ao transmitir e mediar o saber, deve partir sempre do conhecimento manifestado anteriormente pelo aluno, possibilitando a ambos um diálogo consciente e aberto, devido à pluralidade e diversidade dos alunos que recebem. O estreitamento de vínculo intelectual do professor com o aluno é importante para a mediação do diálogo com o pensamento de ambos. O verdadeiro diálogo se dá ou ocorre quando ambos se debruçam sobre o objeto de sua cognoscibilidade, ou seja, quando professor e aluno pensam juntos sobre uma área de conhecimento ou conteúdo que está sendo trabalhado.

É preciso enfatizar que o valor pedagógico da relação professor e aluno deve ser construído impreterivelmente revestido de interesses, em que favoreça, estimule e ative o esforço individual de cada aluno, no que diz respeito ao querer aprender. Assim sendo, o professor tem a função de incentivar e orientar o aluno a participar ativamente de sua aprendizagem. Em relação à postura do professor e aluno, Freire (2009, p.86) questiona que:

o fundamental é que o professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve. O que importa é que o professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos.

Dessa forma, fica evidente que o diálogo é fundamental para que haja aprendizagem efetiva e duradoura entre aluno e professor. Sabe-se que no processo educativo existe uma estrutura de representações sociais de sociedade e de homem que se quer formar. Mas, ainda é uma realidade não percebida pelas autoridades responsáveis pela educação escolar. Por meio da educação, as novas gerações adquirem os valores culturais e transformam ou reproduzem os códigos sociais de cada comunidade.

Torna-se evidente frisar que a inquietação do professor, quanto ao desejo de que os alunos aprendam, deve ser verdadeira. Só que ainda se tem ou se pensa que a concepção de avaliação é de que ela pode “premiar ou castigar”, “motivar ou desmotivar” o aluno, e isso é algo que a escola, ao longo do tempo, foi de alguma maneira cristalizando, como se fosse seu papel. Mas de fato, para que as pessoas vão à escola? Elas não vão para fazer provas, testes, exames e passar de ano. Elas devem ou deveriam ir à escola, porque ela tem papel social importantíssimo que é de preservar, transformar e compartilhar a cultura da sociedade, e o aluno, ao frequentá-la, obterá e terá acesso ao conhecimento da humanidade, de forma

sistematizada. Mas não é só por isso que se vai à escola, também se vai à escola para fazer amigos, conhecer pessoas, para aprender a lidar em grupos sociais maiores e viver em sociedade. Então, a escola cumpre um papel social extraordinário, e se a avaliação vai “motivar ou desmotivar”, o professor está trabalhando com uma concepção de educação e de avaliação empobrecida.

Dada a importância da relação professor/aluno, é provável que mais à frente o aluno não tenha ânimo, nem motivo para estudar e nem para aprender. Ou seja, dessa forma, parece até que o papel do professor está em outro lugar, e com outra intenção, não na que se vem sendo abordada. Há de se considerar que o professor é um avaliador por excelência, e a maneira como avalia seu aluno expõe que tipo de avaliador ele é, tanto para o aluno como para a sociedade.

Em face dessa relação, Perrenoud (1999) enfatiza que a avaliação, tal como é concebida e vivenciada na maioria das escolas brasileiras, tem se constituído no principal mecanismo de confirmação do domínio da escola sobre a vida do aluno, sendo o principal motivo do fracasso nas relações entre escola e comunidade.

Ao discorrer sobre o assunto, Vasconcellos (1993, p. 17) argumenta que o professor agirá como coordenador do processo, pois está mais inteirado na relação pedagógica, sendo consciente dos métodos de avaliação que, por sua vez, ocupam um considerável espaço na vida do educando. E ainda afirma que

em todos os momentos da vida pessoas estão sendo avaliadas, seja de modo consciente, quando sabem que estão sendo avaliadas ou quando não sabem que são observadas e avaliadas. Isto acaba por impulsionar o ser humano a procurar soluções para os problemas apresentados no seu dia-a-dia gerando com isso novas conquistas e descobertas. Porém simultaneamente, esta avaliação pode deixar marcas negativas na vida do homem, pois ao saber que seus sonhos e anseios, sejam profissionais, social ou amoroso depende da aprovação desta ou daquela pessoa, que ele poderá ser classificado ou não.

Outro ponto possível de questionamento, para Vasconcellos (1993), é que a ação de avaliar deve ser marcada por atos construtivos, fundamentados na moral e na justiça, para que as escolas se transformem, buscando mudanças o mais rápido possível, em função da gravidade da violência psicológica que permeia a vida dos alunos.

Face ao exposto, é importante ressaltar que a avaliação e os atores envolvidos neste contexto tenham consciência de sua parcela de contribuição, para que aconteça uma educação de qualidade, a fim de que todo aluno eleve seu nível educacional e amplie as demais áreas do conhecimento.

3.1 - AVALIAR *VERSUS* EXAMINAR

O ponto fundamental desse contexto enfoca que o ato de avaliar assume, no mínimo, três características contrárias ao ato de examinar. Primeiro, ela não é pontual, pois considera o antes, o agora e o que pode vir a ser, ou seja, o depois. Exemplo: no ato de examinar, o professor diz: você não sabe! Já no ato de avaliar, o professor diz: você “ainda” não sabe, mas poderá vir a saber, se houver um trabalho educativo satisfatório. A segunda característica da avaliação se opõe aos exames e testes que são classificatórios e pouco contribuem para a autonomia do aluno. Como já foi focado, a avaliação é dinâmica, pois diagnostica o que está ocorrendo, para que haja a possibilidade de uma melhoria no processo educativo. E, por último, a avaliação é inclusiva, enquanto os exames excluem, reprovam ou retêm o aluno. Para melhores esclarecimentos, convém citar Luckesi (2011, p. 195), quando diz que “a fala do examinador é taxativa e excludente, a do avaliador é inclusiva e construtiva, pelo fato de o exame ser pontual e a avaliação ser não pontual”.

Antecipadamente, é necessário lembrar que o ato de avaliar não só ocorre quando o professor aplica testes ou provas. Mas, durante todo o ato pedagógico. A avaliação implica em estudo de coleta de dados, apreciação qualitativa e síntese, acrescido de um juízo de valor ou qualidade. No entanto, é interessante questionar: no cotidiano escolar, os professores estão avaliando ou examinando seus alunos? Não se pode deixar de reconhecer que a avaliação busca considerar relações de afetividade e interação entre professor e aluno, para garantir um respaldo significativo como um todo, na qual pretende alcançar os objetivos do processo de ensino, dentro dos fatores cognoscitivos e socioemocionais, intimamente ligados à interação professor/aluno. Conforme afirma Luckesi (1993, p. 172), “a avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”.

Como se pode constatar diante do estudo, a avaliação, como subsidiária do sucesso, permite pedagogicamente que o professor possa chegar aos resultados desejados, ao mesmo tempo em que sinaliza se o aluno está tendo êxito, indicando o que deve ser trabalhado para que ele aprenda. Sendo assim, a avaliação tem a função de garantir o sucesso do aluno e promover um intenso diálogo entre os participantes envolvidos no processo educativo, de modo a contribuir para que haja uma contínua e permanente ampliação dos conhecimentos que circulam na sala de aula. Luckesi (2011, p. 203) ainda acrescenta que

a avaliação não põe nas mãos do educador o poder de aprovar ou reprovar, mas sim o poder de partilhar eficientemente um caminho de aprendizagem, desenvolvimento e crescimento. Ela possibilita ao educador tomar decisões e praticar intervenções a favor da melhor aprendizagem do educando.

Isso revela que a avaliação escolar consiste em analisar o processo formativo e progressivo da aprendizagem do aluno, objetivando perceber os avanços ou retrocessos que o mesmo teve durante o ano letivo. Esta deve buscar identificar o que não deu certo e, em seguida, procura intervir para que o aluno compreenda e recupere o que não aprendeu no decorrer desse processo, procurando motivar a sua autonomia na construção e participação do seu próprio conhecimento, para que seja efetivo. De tal modo, a avaliação não implica em processos classificatórios de aprovação ou reprovação. Para tanto, as vezes que necessitar, o professor pode usufruir de todas as ferramentas da avaliação, isto é, de todos os instrumentos disponíveis de verificação para fazer a coleta de dados, contanto que as leituras dos dados sejam feitas sob a ótica da avaliação, que é a de diagnóstico e inclusão, totalmente adversa à seleção. Ao falar dos instrumentos avaliativos Haydt (2006, p. 313) diz que

o professor deve fazer uso de todos os recursos a seu alcance para obter o máximo de informações sobre o comportamento e o aproveitamento escolar do aluno. Por isso, não convém utilizar apenas um instrumento avaliativo, confiando nele como se fosse infalível. O mais recomendável é empregar técnicas diversificadas e instrumentos variados.

Diferente da avaliação, os exames são pontuais, precisos e momentâneos. Comumente têm hora, data e período determinado pelo calendário escolar. O ato de examinar consiste ainda em um processo de mapear, classificar, comparar, hierarquizar ou selecionar, em que a aprendizagem do aluno é submetida a testes e provas longas e cansativas, espaços de respostas delimitados, onde estão explícitos conteúdos cumulativos, os quais verificam se o aluno “aprendeu ou decorou”, os conteúdos ministrados em sala de aula. As provas e exames acabam por engessarem a aprendizagem do aluno, além de conduzir ao antagonismo, a relação professor-aluno.

No tocante aos exames, chegam a ser uma cultura nas escolas. Eles têm valor como se fosse a única estratégia pedagógica eficiente, no sentido de serem capazes de resolver as questões de ensino-aprendizagem. É um modelo tão forte que está arraigado nas escolas que fica difícil pensar em outro modelo de escola ou prática pedagógica em que não estejam presentes, onde o conhecimento é concebido de outra forma, e não de uma forma classificatória e linear, pois ainda existem escolas que primam pela semana de provas e um

currículo que tem uma concepção de conhecimento linear. Então, em consequência disso, os alunos vão aprendendo também, de forma linear e por etapas. Caso eles não vençam aquelas etapas, eles são reprovados e têm que voltar para refazer todo aquele percurso.

A busca de conclusões revela que esta não é a única forma de aprender. Basta olhar a vida cotidiana e logo se percebe que não se aprende por etapas, nem recuando. Os alunos não aprendem as mesmas coisas da mesma maneira, nem no mesmo tempo. As aprendizagens não acontecem de uma mesma forma para todos. Tanto os exames como a reprovação vêm atender a esta concepção linear e etapista. É sabido que a reprovação não resolve em nada a questão da aprendizagem e, se a avaliação resulta na reprovação, ela é uma avaliação que não deu certo, não funcionou, na verdade ela nem é uma avaliação. Diante dessa realidade, é interessante buscar as teorias de Luckesi (2011, p. 205), tomando-se como base características arroladas quando

podemos constatar que, na escola, hoje, nossa prática de acompanhar a aprendizagem do educando traz muito mais as marcas do ato de examinar que a do ato de avaliar. Estamos operando ainda, predominantemente, com o desempenho final, a pontualidade na manifestação do desempenho, a classificação do educando em uma escala, a exclusão temporária (ou definitiva) dos que não atingem o desempenho esperado.

Sintetizando o que foi expresso, se a escola está para selecionar os melhores, então a “avaliação” bastaria ser feita somente no final do ano para descobrir quem são os melhores. Agora, se ela tenta e busca, através dos seus profissionais, o compromisso com o sucesso dos alunos, para que todos aprendam o que a escola jura ou acha ser importante, então, necessariamente e não forçadamente, tem que desencadear a prática de avaliação processual, assim vista como diagnóstica, contínua e dinâmica, tornando-a um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias para o ensino aprendizagem, em que realmente o aluno aprenda que a mesma está comprometida com as aprendizagens de todos.

Fica demonstrado que se os exames exercem a função de quantificar o que foi apreendido pelo aluno, através da extensão dos conteúdos adquiridos pelo mesmo, o prazer da aprendizagem desaparece e surge o medo de não obter boas notas. Os alunos passam de maneira mecânica a decorar o conteúdo para passar nos exames, percebendo que as provas têm o caráter de medir e quantificar, e que o resultado é expresso em números. Exemplo: numa escala de um (1) a dez (10) a nota que se aproxima de dez (10) é a mais valiosa, com isso, o aluno percebe que o professor agora busca saber com exatidão o que o aluno aprendeu,

atribuindo-lhe nota. A cobrança linear e sistemática dos conteúdos, muitas vezes nem aprendidos, por falta de interesse do aluno ou por estar descontextualizado da realidade em que vive, termina por rotular, discriminar e distanciar o aluno do que se deseja, que é a aprendizagem significativa, e como consequência ocorrerá o desestímulo e a não permanência do mesmo na escola.

Parafraseando Luckesi (2011, p. 182), o professor examinador tem como objetivo verificar as notas do aluno e o que ele conseguiu assimilar ou expressar até o momento, enquanto o professor avaliador analisa o ‘processo de construção do conhecimento’ do aluno, tendo em vista o seu desenvolvimento.

Uma vez que os exames têm sido confundidos com a avaliação, pais e professores falam sobre avaliação, como se esta significasse aplicar prova e testes. Infelizmente, existem professores que consideram exames e avaliação como sendo a mesma coisa. Em esclarecimento, os exames (provas, testes, questionários...), são instrumentos de avaliação ou instrumentos de coleta de dados que auxiliam o processo avaliativo. Não é errado aplicar provas ou testes. Não se está dizendo aqui que tem que serem rejeitados ou não possam ser utilizados em sala de aula pelo professor. O que não pode é tê-los como sendo os únicos procedimentos avaliativos do aluno, pois os mesmos, não são capazes de mostrar tudo o que o aluno aprendeu.

Em consequência disso, é importante argumentar porque é tão complexo pensar que a avaliar é diferente de examinar? Para muitos professores, a utilização dos instrumentos avaliativos dá uma sensação de que eles podem controlar o que o professor ensina e o que o aluno aprende, e a prova vem cumprir este papel. Para o professor sair desta “zona de conforto” e pensar em outras formas de avaliar, significa lidar com a impossibilidade de controle, e admitir que não ter controle significa acompanhar o processo, significa se relacionar com outras maneiras de conhecimento, e sobretudo se relacionar de outras maneiras com os alunos, consigo mesmo, com os projetos, com os colegas, com a escola, por isso que, de modo geral, admitir tudo isso e pensar de outra maneira é complicado.

De qualquer forma, falar de avaliação é discutir sobre muitos fios que vão se desdobrando, e o professor não deve mudar somente a forma de avaliar, mas também a maneira de se relacionar com o conhecimento, adotando uma nova mudança de concepção, assim o ato de avaliar é pensar sobre ações futuras. Novamente, Luckesi (2011, p. 183) esclarece que existem duas práticas completamente diferentes, a saber: avaliar e examinar. Para ele, “a primeira está voltada para o futuro e a segunda para o passado”. Dando-lhe mais

atributos, avaliar significa subsidiar na construção do melhor resultado e não premiar (aprovar) ou castigar (reprovar). Enquanto que examinar aprisiona e congela a aprendizagem.

Em nível mais complexo, pode-se afirmar que a avaliação ajuda o aluno a progredir na aprendizagem, conduz o professor a aperfeiçoar sua prática pedagógica e a escola e todos os sistemas de ensino também têm um papel fundamental neste processo, devendo orientar seus professores sobre a avaliação, instruindo e orientando sobre suas modalidades (diagnóstica, formativa e somativa) e funções (selecionar, diagnosticar, antecipar, orientar, certificar e regular), além de promover discussões sobre o tema, para a melhoria do trabalho do professor na prática educativa. Nessa perspectiva, os comentários acima permitem adicionar as teorias de Haydt (2006, p. 313) quando afirma que

a avaliação não tem um fim em si mesma, mas é um meio a ser utilizado por alunos e professores para aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. A avaliação assume uma função diagnóstica e orientadora, pois ajuda o aluno a progredir na aprendizagem e o professor reorganizar sua ação pedagógica. Portanto, o desenvolvimento do processo educativo deve ser acompanhado de uma avaliação constante.

Isso demonstra que é preciso cultivar, nas escolas, práticas que avaliem visando ao desenvolvimento, respeitando as individualidades do aluno, de forma significativa, para uma melhor aprendizagem. A postura adotada por algumas escolas em relação à avaliação, como por exemplo, o registro de notas atribuídas para classificar os alunos, ainda é muito utilizado nos dias atuais. Isso termina por defasar todo um processo que está em andamento. A avaliação na escola não deve ser usada como sinônimo de medir ou testar os conhecimentos do aluno. Esta concepção errônea termina por retroceder a função da educação, porquanto o aluno não deve ser medido pelo número de informações que consegue “decorar” para uma prova.

Torna-se relevante frisar que este tipo de sistematização de conhecimentos não é efetivo. Após passar na prova, na maioria das vezes, o aluno não consegue se lembrar do que estudou. Este método avaliativo, através dos seus instrumentos “provas e exames” são utilizados, na maioria das vezes, para persuadir os alunos, pois a ansiedade transmitida por elas faz com que os alunos se dediquem aos estudos com medo de ficarem retidos ou serem vistos como alunos atrasados.

Na realidade, a avaliação escolar ainda está voltada às práticas tidas como tradicionais. Pouco se tem avançado em direção ao verdadeiro sentido da avaliação. As instituições

utilizam e recorrem às provas e testes, por serem "mais fáceis" de serem aplicados. Todavia, esta prática corre o risco de não ser confiável, ao analisar os desvios aos quais estes procedimentos estão sujeitos. Luckesi (2011, p. 82) confirma esta posição ao dizer que

a atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento do valor que teria função de, possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado.

Refletindo-se nas abordagens que deram suporte a este estudo, revela-se que a escola, ao se comprometer com o desenvolvimento dos alunos, pode encontrar na avaliação uma forma de ajudar o aluno a pensar, a refletir, a utilizar informações para outro fim, que não é a reprodução daquela informação da prova, favorecendo o ensino-aprendizagem, objetivando o seu crescimento intelectual que são metas tão sonhadas e esperadas por ele e pela sociedade. Para que estas abordagens ocorram de forma efetiva, o sistema educacional deve se reciclar com o propósito de por em prática melhorias que possam tornar a aprendizagem uma ação prazerosa e significativa, trabalhando de maneira sistematizada, organizada, em conjunto com os professores e comunidade escolar.

Partindo desses pressupostos, presume-se que agindo dessa maneira a escola terá maior possibilidade de verificar as necessidades existentes no processo de avaliação, podendo realizar as intervenções pedagógicas adequadas, não apenas como metas ou números a serem alcançados, mas que, de fato, possa utilizar a avaliação escolar como agente favorecedor e transformador do ensino-aprendizagem.

3.2 CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96, teve início uma maior discussão sobre os critérios e instrumentos de avaliação em termo de: Que métodos utilizar? Qual o processo mais adequado? Como o professor pode auxiliar o aluno numa melhor compreensão e assimilação dos conteúdos para que o mesmo não fique apenas na aquisição de nota ou conhecimento mínimo para ser aprovado?

A referida Lei preceitua que os docentes devem incumbir-se de zelar pela aprendizagem dos alunos e também verificar o rendimento escolar, realizando uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho destes, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre

os quantitativos. Entretanto, é necessário saber se na prática acontece como ordena, pois se prevalecer avaliações quantitativas sobre as qualitativas, não se está dando a devida importância para os critérios avaliativos preconizados na lei. Nesse entendimento, a subjetividade na elaboração da avaliação é necessária, uma vez que oportuniza, no momento da correção, uma reflexão sobre as hipóteses construídas pelos alunos, pois quanto maior a integração entre professor e aluno, maior será o aprendizado. A isso se associa o entendimento de que mais perto o professor fica de alcançar os critérios avaliativos pré-estabelecidos.

Nas informações obtidas a partir da interpretação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), afirma-se que os critérios de avaliação apontam as expectativas de aprendizagem, apreciando objetivos e conteúdos propostos tanto por área como por ano. Como também se observam suas peculiaridades, de que maneira se organiza e internaliza os conteúdos e como se desenvolvem as etapas da aprendizagem cognitiva, afetiva e social, em determinada circunstância, além das experiências educativas, as quais são consideradas importantes para o seu desenvolvimento e socialização do aluno. É essencial refletir, de forma equilibrada, sobre as três dimensões de conteúdos, conceitos, procedimentos e atitudes, para conduzir e adequar os critérios às atividades de ensino-aprendizagem, sem nenhum prejuízo ao aluno. A concepção de avaliação dos PCNs (1997, p. 55), vai além da visão tradicional e preconiza que

a avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno.

Os argumentos mostram que a concepção de avaliação se configura como parte integrante do processo educacional, que possibilita o professor acompanhar a construção do conhecimento do aluno e cuida para que o aluno aprenda em sentido amplo, moral e intelectual. Ele tem que avaliar o aluno no sentido de conceber quem são seus alunos, em qual contexto estão inseridos, para que possa propor atividades adequadas para a aprendizagem. Este pensar sobre eles é prestar atenção no aprendiz. O professor tem o compromisso de estudar, de pensar sobre o pensamento do aluno, como está se desenvolvendo, não de pensar como o aluno, mas ele tem o compromisso de pensar sobre o pensamento do aluno, nas diferentes etapas de desenvolvimento, para poder intervir, orientar e auxiliar, tendo atitudes

mais coerentes em relação a este aprendiz, para mediar suas possibilidades cognitivas e alcançar os critérios estabelecidos.

Como já foi ponderado, o ato de avaliar é um ato de investigar e de produzir conhecimento, para que os alunos venham estar, de fato, aprendendo. Sua intenção é diagnosticar a aprendizagem que está ocorrendo e os elementos que estão confluindo para esta aprendizagem. A mesma serve para tomar decisões que auxiliem no processo de melhoria dessa aprendizagem, na perspectiva de obtenção de um resultado cada vez mais satisfatório, ou seja, de propiciar decisões que produzam resultados conscientes no aluno.

Fica, pois, demonstrado que os critérios avaliativos estão atrelados à seleção de conteúdos que o professor pretende trabalhar ou desenvolver em sala de aula durante o ano letivo, ou mesmo em um determinado período. Os mesmos devem ser focados nos procedimentos de ensino, para possibilitar ocorrência efetiva na aprendizagem do aluno. Reforçando ainda, os critérios avaliativos estabelecem ligações entre conteúdos e expectativas de aprendizagem a serem alcançadas, assim sendo, norteiam e orientam o que o professor harmoniosamente anseia que o aluno aprenda. Os critérios fazem parte da ação educativa e é útil ao trabalho docente, por isso a importância de estabelecê-los com antecedência, ou seja, que se saiba antes mesmo de aplicar qualquer instrumento avaliativo. Conforme Luckesi (2011, p. 411), os critérios são definidos praticamente no planejamento, pois eles definem “o que ensinar e o que aprender e a sua qualidade desejada determina o que e como avaliar na aprendizagem escolar”.

Por conseguinte, o professor, ao selecionar o conteúdo deve planejar que critérios pretende alcançar na aplicação do mesmo, com isso, o instrumento avaliativo a ser escolhido por ele é de suma importância, pois ele vai auxiliar o professor a descobrir se os critérios propostos foram alcançados. Por isso, é frontalmente contrário a esta ideia, o professor que não se organiza de forma estratégica para auxiliar o aluno a alcançar os critérios avaliativos que apontem as expectativas de aprendizagem. A título de uma melhor compreensão sobre esses critérios, é recomendável seguir as orientações contidas nos PCNs (1997, p. 58) e buscar entender que

a atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados. No caso da avaliação escolar, é necessário que se estabeleçam expectativas de aprendizagem dos alunos em consequência do ensino, que devem se expressar nos objetivos, nos critérios de avaliação propostos e na definição do que será considerado como testemunho das aprendizagens. Do contraste entre os critérios de avaliação e os indicadores expressos na produção dos alunos surgirá o juízo de valor, que se constitui a essência da avaliação”.

A isso se associa o entendimento que os instrumentos avaliativos permitem que o professor identifique e perceba se os critérios estão sendo alcançados pelos alunos e, se não estão, o que ele pode estar fazendo ou desenvolvendo para que o aluno chegue a ultrapassar e alcance este padrão de conhecimento. Entretanto, os PCNs (1997, p. 58) ainda revelam que “os critérios de avaliação apontam as experiências educativas a que os alunos devem ter acesso e são consideradas essenciais para o seu desenvolvimento e socialização”.

Merece destacar que geralmente os critérios de avaliação são mais utilizados no final do bimestre, semestre ou projetos, mas não significa que não se possa usá-los em curto prazo, ou seja, em atividades menores. Exemplo: em um problema que apresenta uma das quatro operações. O critério avaliado pelo professor pode ser: o aluno conseguiu desenvolver uma estratégia de resolução do problema? Chegou ao resultado correto ou conseguiu identificar que o problema é de subtração? Sendo assim, é importante o professor estipular a quantidade de critérios que se pretende observar e avaliar. Os mesmos devem ser razoavelmente abrangentes, para que não compliquem e nem venham frustrar o aluno no percurso avaliativo.

Dada a relevância dos critérios de avaliação, o professor deve ser sensato ao escolhê-los, focando sempre nas coisas abordadas em sala de aula, pois não será correto criar ou estipular critérios avaliativos que desfavoreça o aluno ou que saia do foco a ser alcançado. O mesmo conteúdo que o professor fizer uso na aula, use-o para desenvolver seus critérios avaliativos. Se possível, compartilhe os critérios com seus alunos antes que eles realizem as atividades. É bom que os alunos compreendam como e no que serão avaliados, pois é útil para que tenham ideia das suas diferentes expectativas e poder usar os critérios como um guia, antes de entregar a atividade. Em algumas ocasiões, e caso o professor queira, o aluno pode ter alguma participação na elaboração dos critérios, dando oportunidade de participar e contribuir, incentivando assim os alunos a se empenharem no próprio processo de aprendizado e desenvolverem as capacidades previstas para dar continuidade nos estudos subsequentes. Ainda em consonância com os PCNs (1997, p. 58),

os critérios não expressam todos os conteúdos que foram trabalhados no ciclo, mas apenas aqueles que são fundamentais para que se possa considerar que um aluno adquiriu as capacidades previstas de modo a poder continuar aprendendo no ciclo seguinte, sem que seu aproveitamento seja comprometido.

Nesse contexto, segundo os documentos em discussão, a avaliação escolar consiste em analisar se os critérios avaliativos fazem parte do processo formativo e progressivo da aprendizagem do aluno, objetivando perceber os avanços que o aluno teve durante o ano letivo e possibilitar a continuidade dos estudos. Esta ação/reflexão busca identificar o que não deu certo e, em seguida, procurar intervir para que o aluno compreenda e recupere o que não aprendeu no decorrer deste processo, procurando motivar a sua autonomia na construção e participação do seu próprio conhecimento, para que seja efetivo.

Diante disso, é conveniente colocar que as escolas e professores não devem ter como base somente a prática de exames, e que só por intermédio deles é que se tem uma avaliação eficaz. Uma vez que se apegarem e acreditarem nesse processo, retrocedem ao ensino tradicional em que o professor é detentor do conhecimento, e o aluno, apenas um receptor passivo. A avaliação possui funções importantes que é de intervenções e adequações que o professor pode fazer para o aluno alcançar a aprendizagem significativa e de qualidade, pois cada um possui interesses e necessidades diferentes.

É importante lembrar que, além dos critérios de avaliação discutidos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1997), é preciso considerar os instrumentos avaliativos como procedimentos metodológicos práticos, para que a avaliação seja realizada com sucesso e os critérios concebidos de maneira prazerosa e significativa.

Portanto, ao avaliar, o professor faz uso dos instrumentos e/ou ferramentas de verificação. Na verdade, os instrumentos avaliativos devem buscar sempre valorizar as competências e habilidades do aluno, e para que isso aconteça é necessário que o professor faça boas escolhas quanto o instrumento a ser utilizado, e se preciso, faça adequações convenientes à realidade da sala de aula. Ao se fazer uso dos instrumentos, tem que ter descrição para que o aluno não se aprisione na ideia da “nota” toda vez que o professor faz uso dos mesmos, para que ele não venha a ser o elemento principal, o instrumento que vai informar se o aluno aprendeu ou não. Então, o professor tem que ter o cuidado do que está informando aos alunos a partir do processo de avaliação e dos usos desses instrumentos avaliativos. Aqui, cabe o professor guiar o aluno como alguém que pode refletir e compreender seu próprio processo de aprendizagem, mostrando o conhecimento como privilégio e que a aquisição da nota é um procedimento burocrático da escola, e que a mesma não é tão importante quanto o conhecimento internalizado pelo aluno.

Parece conveniente dizer que a avaliação ajuda o aluno a construir uma relação com o outro ou diferentes relações de aprendizagem, é o olhar para si mesmo, como sujeito da aprendizagem e não apenas como sujeito que é medido pelo outro, dito pelo outro, apresentado pelo outro (no caso o professor), mais alguém que vai falando de si, e ao falar de si, o conhecimento é um elemento importante dessa sua relação consigo mesmo e com o mundo.

Como já foi enfocado, é correto que sempre que se fala em avaliação escolar, associa-se esta aos instrumentos avaliativos, os quais estão, de certa forma, relacionados a notas, conceitos, aprovação ou retenção. Esta associação tão frequente no meio escolar, genericamente falando, é o resultado de uma concepção pedagógica ultrapassada, mas tradicionalmente dominante. Nela, a educação é concebida como transmissão e memorização de informações prontas e acabadas, e o aluno, visto como passivo e receptivo. Como decorrência, a avaliação é marcada pelo julgamento de valor dos resultados alcançados, isto é, ela se reduz a medir a quantidade de informações arquivadas pelos alunos. Assim, os instrumentos avaliativos assumem um caráter seletivo, competitivo e sentencioso. Na visão teórica de Hoffmann (1991, p. 60),

as decisões sobre aprovação/reprovação de estudantes fundamentam-se, perigosamente, nas notas atribuídas aos testes, sem interpretação de suas respostas. O que denuncia uma visão de conhecimento positivista e uma concepção de avaliação sentenciosa. Testes únicos, provas finais, notas irrecorríveis são situações que explicam a compreensão equivocada do uso do teste e da medida conivente a uma definição de avaliação como julgamento de resultados.

Parafrazeando as expressivas palavras de Hoffmann (1996, p. 20), comprova-se a hipótese de que “[...] sem dúvida, o apego ao sistema tradicional de avaliação não está apenas nos educadores escolares, mas está impregnada na sociedade que reluta, sem refletir, no “porquê” da urgência de mudança nesse sistema”.

Fica evidenciado que o professor pode fazer uso dos vários instrumentos avaliativos como: provas individuais e coletivas, atividades escritas ou orais, questionários, exercícios, simulados e outros, contanto que utilize em benefício de apreciar os saberes apreendidos pelos alunos e com a intenção de ajudá-los a desenvolver conhecimentos necessários. Como se percebe, o professor dispõe de vários instrumentos avaliativos e tem a liberdade de usá-los sempre que necessitar, procurando adaptar conforme a necessidade apresentada e analisá-los com um olhar introspectivo sobre o que será avaliado. Sobre os instrumentos avaliativos,

Haydt (2006, p. 313) diz: “é necessário o uso combinado de várias técnicas e instrumentos de avaliação, que devem ser selecionados tendo em vista os objetivos propostos”.

Salienta-se que todo e qualquer instrumento avaliativo tem que ser avaliado, isto vale também para prova, teste e outros instrumentos que o professor propõe para seu aluno. Também é interessante observar se o instrumento tem serventia e se está apropriado para avaliar o que se pretende na aprendizagem do aluno, se o mesmo está bem escrito, bem preparado, para que os resultados possam refletir os patamares de aprendizagem dos alunos. Isso quer dizer que a utilização dos instrumentos avaliativos só terá aspectos negativos se forem empregados com a intensão de exclusão e classificação. É preciso analisar a construção do processo de conhecimento do aluno, e o professor é o mediador nesta relação. Por tudo isso, concorda-se com Haydt (2006, p. 291), quando afirma que “avaliar o processo ensino-aprendizagem é, basicamente, verificar o que os alunos conseguiram aprender e o que o professor conseguiu ensinar”.

A busca de conclusões vem confirmar a importância de saber utilizar de forma positiva os instrumentos avaliativos que estão à disposição do aluno e do professor. Infelizmente, para alguns professores, os instrumentos servem de poder e domínio, deixando para o aluno toda responsabilidade pelos resultados obtidos e, com isso, instauram-se dificuldades, atrapalhando e barrando a ação avaliativa construtiva. Em consequência dessas falhas resultantes e do não entendimento do que se denotam instrumentos avaliativos para a prática avaliativa, provoca-se um distanciamento de ações benéficas para a aprendizagem concreta do aluno em desenvolvimento.

Daí, a necessidade de a escola saber que os diferentes instrumentos avaliativos devem ter um mesmo objetivo, que é investigar se os alunos estão aprendendo e fazer com que o aluno cresça, desperte, flua em todos os campos da vida, inclusive na sala de aula. O papel dos instrumentos avaliativos é responder tanto para aquele que está estudando como para aquele que está ensinando o que, nesse processo, está funcionando bem e o que precisa ser melhorado.

3.3 AVALIANDO COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Merece ressaltar que a avaliação, em uma concepção mais moderna, não deve se reduzir apenas a atribuir notas. Nessa abordagem, ela é concebida como vivências múltiplas e variadas, visando ao desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social do aluno. Os

conteúdos são utilizados para ativar os esquemas mentais operatórios de assimilação, e as experiências vivenciadas pelo aluno são valorizadas, pois o mesmo passa a ser ativo e participativo na construção do seu próprio conhecimento. Partindo desses parâmetros, na concepção de Haydt (2006, p. 287), a avaliação ganha uma nova abordagem, “assume um sentido orientador e cooperativo e uma dimensão orientadora, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do seu conhecimento”.

Contudo, a avaliação da aprendizagem está vinculada às competências e habilidades do professor para ensinar e do aluno em aprender. É importante saber e até mesmo frisar que quando se avaliam os avanços e dificuldades do aluno em sua aprendizagem, os quais estão ligados à competência e à habilidade de aprendizagem do aluno, esta ação remete a uma reflexão: a de que este ato de avaliar o conhecimento do aluno é o mesmo de avaliar se o professor conseguiu ensinar, ou seja, se ele tem competência e habilidade de ensinar. Estas informações que a avaliação fornece serve para o professor orientar e encaminhar sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la e, conseqüentemente, melhorando a qualidade da aprendizagem e do ensino. Na visão de Luckesi (2011, p. 409), para abordar o ensino-aprendizagem por competência, é necessário planejar e ensinar por competência. “A avaliação por competência, antes de tudo convém ter noção precisa do que significa essa forma metodológica de definir conteúdos escolares por meio dessa orientação teórica”.

eticamente, o professor precisa planejar e ensinar por competência o que significa configurar os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, além de ter uma compreensão bem definida do que seja competência e habilidade e, para isso, à luz dos estudos, a competência se diferencia da habilidade por ser mais abrangente e pela dependência de uma para com a outra. Falar de competência e habilidade, para Luckesi (2011, p. 409), é discutir sobre “a posse de uma competência, qualidade complexa, que exige a posse de um conjunto de habilidades simples”. Em complemento, assim, diferenciando-as:

a distinção entre as duas tem sua base na complexidade de ação executada em uma e em outra dessas formas de agir. Nessa relação, as habilidades têm a ver com aprendizagens do desempenho em tarefas específicas, restritas, simples; s competências, por outro lado, são modos complexos de agir, que envolvem um conjunto de tarefas específicas. Uma competência exige uma cadeia de várias habilidades.

Nessa perspectiva, a competência orienta o professor a definir o que se pretende

ensinar - conteúdo e metodologia - lembrando que o mesmo deverá estabelecer as habilidades que o aluno terá que adquirir ao longo do processo educativo previsto.

Por conseguinte, é preciso saber que a interferência que o professor realiza na construção do saber do aluno, através de suas competências e habilidades, deve ser consciente, pois consiste em investigar se o aluno alcançou os objetivos e habilidades estabelecidos, em momentos anteriores. Caso isso não tenha ocorrido de maneira satisfatória, a avaliação da aprendizagem nesse contexto possibilita o professor a reorientar seu trabalho, buscando procedimentos alternativos que visem ajudar o aluno a progredir no processo ensino-aprendizagem e atrelado a este o aluno adquira as habilidades e, portanto, as competências.

Cabe ainda dizer que durante as observações, no *feedback*, registro ou orientações do professor com relação às competências e às habilidades avaliadas na aprendizagem do aluno, faz-se necessário analisar conscientemente se ambas estão sendo adquiridas e desenvolvidas pelo aluno, e se as mesmas estão em harmonia, ou se opondo mutuamente com o que foi lhe ensinado.

Como se sabe, é preciso questionar se o aluno adquiriu, ou não, competências e habilidades sobre aquilo que lhe foi ensinado, e em que grau de aquisição foi ou está sendo desenvolvido. Essa apreciação pelo professor pode se aprofundar durante a avaliação para fundar decisões de orientação para alcançar êxito no ensino, já que as competências permitem por em ação os conhecimentos e desenvolver variados recursos de maneira criativa e inovadora, abarcando um conjunto de coisas necessárias à aprendizagem no desenvolvimento do aluno. Todavia a competência sugere uma mobilização dos conhecimentos instaurados e esquemas capazes de desenvolver atitudes rápidas e claras às questões e respostas incomuns de novos problemas, frente à formação do indivíduo. É importante ressaltar que uma competência permite mobilizar conhecimentos, a fim de se enfrentar uma determinada situação, lançando mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e de maneira mais adequada.

Desse modo, é necessário que o professor se utilize de suas competências e habilidades durante todos os momentos do ato de ensinar, ou seja, em sua prática educativa. Assim, a ação, as tomadas de decisões, o pesquisar, o estimular a pesquisar, o descobrir, o deixar descobrir e o aprender contínuo permitem transformar pontos fracos em fortes, distorções em atributos, para que professor e aluno desenvolvam suas competências e habilidades conjuntamente. Sendo assim, fica evidenciado que no trabalho pautado em

competências e habilidades, a postura do professor frente aos novos instrumentos de avaliação tem que se fazer diferente, sendo importante não desconsiderar as produções de cada aluno em sala de aula. Como diz Perrenoud (1999, p. 79), “o professor não age da mesma maneira com todos seus alunos, não exige deles exatamente a mesma coisa, personaliza e individualiza o trabalho até um certo ponto”.

Logo, o professor se encontra diante de uma turma heterogênea que tem capacidade de desenvolver suas competências e habilidades de formas bastante variáveis, assim é razoável que o professor saiba utilizá-las no processo avaliativo e na prática pedagógica para perceber as competências e habilidades que estão sendo desenvolvidos na sala de aula, por cada aluno, de forma individualizada, para poder otimizar suas intervenções e garantir uma aprendizagem frequente e eficaz, sem preocupação de classificar ou selecionar o aluno. Assim, o professor estará disseminando suas competências e habilidades em todos os momentos do ato de ensinar e aprender.

Fica demonstrado que a competência se faz como um saber construído, elaborado e desenvolvido pelas muitas descobertas e redescobertas feitas pelos professores. Leva, pela estruturação dos conhecimentos anteriores, a construção de novos conhecimentos e a um saber de quando, o que e como fazer destas vivências e conhecimentos, passados e presentes, uma fonte de pesquisa futura para outros.

É possível perceber que no ensino por competências e habilidades, o pesquisar, o construir, o agir, o avaliar e ser avaliado são constantes. O professor, mais do que nunca, tem por incumbência contribuir para o desenvolvimento das habilidades e competências do aluno, as quais permitiram: analisar, selecionar, criticar, comparar, elaborar novos conceitos a partir dos que se tem. O essencial na educação não é o acúmulo de informações, mas a aquisição do conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades que são adquiridas. Lidar com elas, discernir e determinar em que momento utilizá-las, tirar conclusões, enfim, aprender a pensar e associar o conhecimento ao real é basilar. Isso é considerar como o aluno aprende, como ele desenvolve estratégias para se apropriar do conhecimento, desvendar o mundo e se relacionando com suas diversas matizes ou nuances em sua habilidade de aprender.

Torna-se relevante que, no campo da avaliação, é necessária a discussão sobre as competências e habilidades exercidas pelo professor na hora de ensinar e do aluno no momento de aprender. Diante disso, é necessário que haja reflexão e troca de ideias, surgindo assim, um aprofundamento do objeto de estudo mais preocupante, atualmente, que é o ensino-

aprendizagem. A questão a ser considerada no ato de avaliar é mais do que estabelecer notas e dar conceitos aos estudantes, sua função é de contribuir para que sejam feitos os ajustes necessários ao longo dos processos, tanto o de ensinar como o de aprender, o que inclui as competências e habilidades singulares.

Portanto, seguindo o raciocínio dos estudiosos sobre a avaliação, deve-se ter a compreensão de que o ensino e aprendizagem por competência não modifica em nada o que vem se configurando ao longo desse estudo sobre a avaliação escolar, já que competências e habilidades compreendem as variáveis que constituem o ato de ensinar e aprender.

4 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS

Não se pode deixar de acreditar que o processo de avaliação coopera e ajuda aos alunos nas dificuldades, além de conduzir os professores a refletirem sobre suas ações pedagógicas. Quando se trata de avaliação escolar nos anos iniciais, a mesma é compreendida em duas etapas: o primeiro ciclo (1º, 2º e 3º anos) é conhecido como o de consolidação da alfabetização, em que a avaliação é qualitativa, contínua e cumulativa; e o segundo ciclo (4º e 5º ano), compreendido como sistematização do conhecimento, em que a avaliação passa a ter caráter quantitativo (BRASIL, 2013). Os dois ciclos requerem do professor conhecimentos sobre a avaliação e dedicação a sua prática pedagógica.

Portanto, faz-se necessário que o professor conheça os documentos educacionais, para se estruturar e respaldar sobre esta temática. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 56), a avaliação é compreendida como:

- ✓ um elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino;
- ✓ um conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma;
- ✓ um conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido e como;
- ✓ um elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa;
- ✓ um instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades;
- ✓ uma ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem, e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho.

Por isso, é necessário que o professor acesse e conheça bem os documentos oficiais, pois os mesmos esclarecem vários pontos importantes sobre a avaliação e mostram a concepção de avaliação em que o aluno desenvolve ao aprender. Estes ainda pressupõe que avaliar a aprendizagem do aluno implica em avaliar o tipo de ensino que está sendo oferecido e se o professor cumpriu com a finalidade proposta, que é possibilitar a aprendizagem do aluno.

Quanto à avaliação do segundo ciclo, esta merece uma atenção exclusiva, pois é a partir desta etapa que a avaliação representada em números começa a fazer parte da vida escolar do aluno, cumprindo uma função social e burocrática. Os critérios avaliativos devem ser legíveis para orientar os aspectos a serem avaliados, como também os instrumentos

avaliativos devem ser eleitos, adaptados e bem elaborados, para que os alunos tenham uma boa compreensão das questões que o professor deseja trabalhar e desenvolver. A intenção de escolher com cuidado os instrumentos avaliativos tem a finalidade de promoção e avanço, para que a reprovação não venha prevalecer nessa fase em que os alunos acabam de consolidar a alfabetização, ou seja, de aprender a ler e a escrever.

Na verdade, não existem critérios precisos, iguais ou universais para avaliar o desempenho dos diferentes alunos, mas o mesmo pode auxiliar nas etapas do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Contudo, faz-se necessário que o processo avaliativo ocorra a partir da especificidade ou particularidade de cada aluno, não devendo perder seu caráter contínuo e cumulativo. É preciso atentar para o fato de que a avaliação nos diferentes níveis e modalidades de ensino deve ser também qualitativa, diagnóstica, mediadora e auxilia no processo ensino-aprendizagem. Portanto, o professor deve procurar incluir os alunos neste processo, sem retenção ou promoção, proporcionando-lhes uma aprendizagem prazerosa, de qualidade e significativa.

Compete ao professor conhecer seus alunos e fazer uma avaliação prévia dos conhecimentos destes, compreendendo e valorizando as manifestações diferentes que cada aluno esboça diante das tarefas realizadas, porém as respostas não necessariamente precisam ser uniformes. Elas precisam ser compreendidas e analisadas pelo professor, fazendo o aluno se apropriar do conhecimento e, se convier, não necessita dizer que os alunos estão sendo avaliados, pois na maioria das vezes, em situações não declaradas como “exames” ou “provas”, muitos alunos demonstram melhor desempenho em sua avaliação. Nesse sentido, deve-se refletir juntamente com Hoffmann (1996, p. 52) quando diz: “estará esse professor buscando uniformidade nas respostas deles ou provocando-os a diferenciadas formas de expressão ou alternativas de solução às “charadas” propostas?”.

É preciso ressaltar que, através das oportunidades e da interação com o objeto de estudo e outras áreas do conhecimento, o aluno constrói seu conhecimento, ultrapassando os estágios de desenvolvimento, sendo capaz de estabelecer relações mais complexas e abstratas com o que está sendo estudado. É nesta fase que o professor pode sugerir ao aluno uma variedade de tarefas para garantir naturalidade em suas respostas. Assim, o professor poderá investigar e observar a compreensão que o aluno está tendo sobre o conteúdo. A valorização dessas respostas o ajudará a planejar novas ações educativas e o aluno a se envolver efetivamente no processo de que faz parte. Ao avaliar o aluno, o professor deve observá-lo individualmente. Como afirma Hoffmann (1996, p. 75),

a observação de cada aluno, atenta ao seu momento no processo de construção do conhecimento. O que exige uma relação direta com ele a partir de muitas tarefas (orais e escritas), interpretando-as (um respeito a tal subjetividade), refletindo e investigando teoricamente razões para soluções apresentadas, em termos de estágios evolutivos do pensamento, da área de conhecimento em questão, das experiências de vida do aluno.

Isso demonstra que a ação mediadora do professor no segundo ciclo do Ensino Fundamental é importante e desafiadora, sua intervenção pedagógica se faz necessária, não podendo ser igual em todas as situações, pois os “erros” apresentados pelos alunos nas atividades requerem do professor um olhar diferenciado, uma vez que é fundamental e necessária uma reflexão a cada resposta específica do aluno, para que a avaliação aconteça por meio da interpretação qualitativa das respostas produzidas por ele.

Conforme assegura a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), no capítulo II, art. 32, inciso V, seção III, o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- ✓ I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- ✓ II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- ✓ III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- ✓ IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Portanto, vê-se que no Ensino Fundamental a aprendizagem é de grande importância, pois é onde se inicia a sistematização do conhecimento do aluno.

Com relação aos instrumentos avaliativos a serem utilizados pelo professor, provas orais ou escritas, questionários, pesquisas, seminários, trabalhos, entre outros, esses instrumentos se complementam, servindo para auxiliar a ação pedagógica. Os instrumentos avaliativos neste ciclo devem ter o objetivo de favorecer a aprendizagem do aluno e, para isso, requer do professor maior disponibilidade, tempo e, conseqüentemente, atendimento individualizado, pois não podem ser utilizados sempre os mesmos artifícios de aplicação e correção em todos os casos de “provas ou tarefas” dos alunos, já que não existe turma

homogênea. Diante de tal situação, Hoffmann (1996, p. 112) afirma que “é necessária a reflexão teórica sobre cada resposta específica de cada aluno. Não há possibilidade de desenvolvermos procedimentos de intervenção que sirvam de regras gerais, que se apliquem a todas as tarefas, seja qual for a sua natureza”.

Esta é a condição básica para se entender que a nota é uma decorrência das exigências burocráticas do sistema educacional, e as provas ainda são os instrumentos mais utilizados pelos professores para examinar o aluno e não para avaliá-lo, e, comumente, ocorrem atribuições de notas, as quais poderão ser estimulantes para os alunos que conseguem boas notas, ou decepcionantes para os que não as conseguem.

É necessário lembrar que tais exigências não ditam as normas de correção de provas ou qualquer outro tipo de instrumento avaliativo, e isso dá abertura para o professor avaliar seu aluno numa perspectiva qualitativa e mediadora, onde possa transcender o significado de correção e retificação para o de interpretação das especificidades e manifestações de conhecimento do aluno.

Cabe, pois, esclarecer que, diante de cada tarefa realizada e ao agir desta maneira, o professor estará proporcionando e favorecendo o aluno a refletir sobre seus entendimentos, descentendimentos e suas tarefas, oportunizando um saber competente, enriquecido e possibilitando novas descobertas, além da aproximação e sistematização com o conhecimento científico.

5 OS PASSOS DA PESQUISA: METODOLOGIA

A presente pesquisa, caracterizada como exploratória, tem a finalidade de investigar e analisar os critérios e instrumentos avaliativos utilizados pelos professores do 4º ano do Ensino Fundamental I, e se os mesmos favorecem o processo de ensino-aprendizagem, buscando compreender suas relações, no contexto da sala de aula. Os critérios e instrumentos avaliativos assumem um caráter de reflexão que considera necessário uma compreensão ampla e detalhada da temática, atentando para as devidas relações existentes nos documentos educacionais, de forma que os aspectos coerentes e/ou contraditórios sejam elucidados, sendo, por isso, importante fazer uma correlação entre a(s) concepção(ões) presentes nos documentos educacionais e teóricos que discutem a referida temática e, na prática, como o processo avaliativo se concretiza.

O presente estudo está direcionado à realidade da avaliação escolar de uma turma de quarto (4º) ano do Ensino Fundamental I, da Escola Municipal Professora Maria Antônia de Lima, localizada no Assentamento Acauã, na Zona Rural do município de Santana do Matos/RN, o qual está fundamentado nas concepções de Gil (2009, p. 57), quando diz que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo aprofundado e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado do conhecimento”.

Por isso, como já salientado, esse trabalho busca uma compreensão da temática analisada – Avaliação - e, para tanto, consideram-se diferentes possibilidades de análise da mesma. Assim, vale salientar que a análise aqui desenvolvida pode assumir contornos próximos às discussões de autores que discutem a avaliação escolar e, conseqüentemente, aos critérios e instrumentos de avaliação utilizados, como também se faz relevante o estudo na perspectiva dos documentos educacionais oficiais. Assim, a metodologia escolhida foi de cunho descritivo, exploratório e qualitativo.

A pesquisa tem algumas características que se aproxima do estudo de caso, pois parte para conhecer uma determinada realidade escolar, através da análise de um questionário semiestruturado com perguntas construídas, aplicado a uma professora polivalente do 4º ano, para investigar um fenômeno atual dentro de um contexto e uma realidade. É de caráter qualitativo, assumindo uma posição descritiva e exploratória, que toma como referência informações de uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental I. A Prefeitura Municipal é a entidade mantenedora desta escola que oferece ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano, além da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, no

que se intenciona analisar como ocorre, de fato, a avaliação e quais os critérios e instrumentos avaliativos utilizados na turma de 4º ano do Ensino Fundamental I pela professora da referida turma.

A análise do estudo também é descritiva, pois parte de um conjunto de documentos socialmente construídos e que norteiam a política educacional, embasando-se em teóricos que estudam e discutem o tema aqui presente, como também descreve uma situação do contexto escolar que está sendo investigado, ou seja, da turma foco da atenção. É exploratória, na medida em que busca explorar situações reais que não estão claramente definidas, recebendo assim um tratamento reflexivo dos referidos dispositivos, com vistas ao alcance do objetivo proposto, buscando estabelecer relações entre documentos, teóricos estudados e a realidade vivenciada pela professora da turma, ou seja, como ela de fato avalia seus alunos.

É qualitativa, uma vez que foi utilizado questionário cujos resultados subjetivos foram analisados a partir de uma perspectiva da qualidade das respostas dadas. Nesse contexto, Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26) consideram que

há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

No sentido de promover a relação entre documentos, teóricos e a realidade escolar, no âmbito da autonomia do professor, realizou-se a aplicação de questionário com questões abertas com uma professora da referida escola, a qual forneceu informações importantes, pois a mesma tem formação superior e é professora há vinte nove (29) anos e já leciona há dez (10) anos em turma de 4º ano do Ensino Fundamental. Tal questionário buscou averiguar a concepção da professora sobre a avaliação, os critérios e os instrumentos avaliativos.

6 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como já mencionado, o foco de interesse maior deste estudo é analisar os critérios e instrumentos utilizados por uma professora do 4º ano do Ensino Fundamental I, e se favorecem o ensino-aprendizagem. A partir desse momento, foram analisados os dados coletados através de um questionário contendo quatro questões, em que a professora de uma turma de 4º ano fala sobre o processo de avaliação utilizado. Compreende-se que este processo de análise não é fácil, afinal se está estudando a concepção de um profissional, sobre o qual se entende que deveria ter total domínio sobre o assunto em questão.

Nessa ocasião, entrou-se em contato com o universo de respostas de cada questão apresentada pela professora, as quais foram estudadas e analisadas frente aos documentos e teóricos estudados. Desde já, fica claro que o trabalho não tem a intenção de atacar ou degradar as respostas aqui apresentadas, mas tão somente de investigar, refletir e analisá-las.

Inicialmente, buscou-se conhecer a concepção da professora participante da pesquisa sobre avaliação. Para fins desse estudo, foram analisadas as seguintes questões: **Qual a sua concepção de avaliação?** Sobre esta primeira questão a professora definiu como:

- **“A avaliação é para fazer o professor pensar e saber o porquê de o aluno não ter conseguido”.** **“Avaliar é diferente de examinar”.**

A resposta apresentada pela professora está coerente com o que vem sendo abordado sobre o processo de avaliação, mas a mesma não está clara e surgem dúvidas quanto ao trecho da resposta em que a professora diz “a avaliação é para fazer o professor pensar e saber”, aqui a professora não deixa claro “para que servem tais informações”, ou seja, ao refletir e saber que o aluno não conseguiu alcançar os resultados propostos, qual a atitude que o professor deve tomar? Tal fala leva aos seguintes questionamentos: Tal informação serve para o professor tomar decisões e fazer intervenções pedagógicas necessárias? Serve para o professor replanejar sua prática educativa? Ou serve apenas para assegurá-lo de que o aluno não sabe e quando vier algum tipo de questionamento, o professor tem argumentos?

Em momento algum a resposta da professora se reporta a uma avaliação continuada e cumulativa, e que tenha a finalidade de promover o desenvolvimento do aluno, expressa nos documentos educacionais (BRASIL 1997, p. 56), quando assegura que a avaliação é “elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa”. Impreterivelmente, é indispensável que o professor conheça os documentos que regem a educação, pois é a base para que o mesmo compreenda, de maneira ampla, a concepção do

que é avaliação e, ao mesmo tempo, forme, inove e se aprofunde sobre o tema, já que a avaliação é essencial à docência, no sentido de que ajuda o professor a constatar a inquietação e dúvida sobre a aprendizagem do aluno e, paralelamente a este processo, orienta-o em sua ação educativa.

A segunda pergunta questiona: **Como você avalia seu aluno?** A professora respondeu:

–“Contribuindo e acompanhando o desenvolvimento e desempenho de cada um, confiando nas possibilidades e compreendendo que a avaliação é parte do processo da aprendizagem escolar”.

Aqui se buscou compreender como é realizado o processo de avaliação, no entanto, a fala da professora sinaliza que para a mesma não está claro como o processo ocorre, pois ora a resposta está de acordo com o que preconiza os documentos oficiais e os autores estudados; e ora ela se perde. Quando a professora fala: **“acompanhando o desenvolvimento de cada um”**, subtende-se aqui que ela tem o cuidado e a preocupação de saber como cada aluno está se desenvolvendo, ou até mesmo, de como está sendo internalizado o conhecimento absorvido pelos mesmos. Mas, já com relação a **“contribuindo”**, ela não esclarece como se dá este processo, de que maneira acontece esta contribuição. Dando continuidade à resposta, utiliza-se da expressão: **“confiando nas possibilidades”**. Aqui não estão visíveis quais possibilidades seriam. Retomando o que foi estudado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 56), ressalta-se um dos pontos que compreende a avaliação como “um elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino”, ficando claro que a avaliação faz parte do processo de aprendizagem do aluno no ambiente de aprendizagem; com relação à escola, faz parte do processo burocrático desta. Aqui se recorda Hoffmann (1991, p. 20), ao afirmar que “a avaliação é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor, que incitará o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas”.

Fundamentando-se nesses dados, importa-se que o professor dê atenção e aprecie os conhecimentos prévios do aluno. Assim, ele o estará respeitando enquanto sujeito capaz de participar e construir seu próprio conhecimento, uma vez que é do conhecimento do professor que o saber é construído gradativamente pela ação de ideias que se desenvolvem a cada momento na cognição do aluno, fazendo-se necessário que o aluno expresse suas hipóteses, experiências e percepções sobre o que vai ser avaliado.

É sabido que cada aluno interpreta o que observa de uma maneira particular e singular, e o professor deve ser consciente disso, para promover a compreensão sistematizada ou

organizada das manifestações expressas pelo aluno. Portanto, a relação professor x aluno está inerente ao processo avaliativo, para que apenas não venha prevalecer a vontade do professor, o que tornaria o ato de ensinar e avaliar em partidário, injusto e tendencioso.

Assim, compartilha-se o entendimento de Hoffmann (2012, p. 88), quando diz que “é preciso que o processo avaliativo supere a visão unilateral e gere cooperação entre os elementos da ação educativa”.

Buscando aprofundar a compressão sobre o processo de avaliação, a terceira pergunta referiu-se a: **Quais os critérios que você utiliza para avaliar?** A resposta obtida foi:

- **“São questionários, entrevistas, observação, etc.”.**

É preciso acentuar que é visível a falta de clareza e/ou incoerência da resposta da professora com relação aos critérios de avaliação. E mais uma vez surgem dúvidas. Será que ela confundiu critérios com instrumentos avaliativos, ou a mesma não sabe distinguir um do outro? Se os critérios não estiverem claros e bem definidos para a professora, como ela poderá alcançar os objetivos propostos em seu planejamento? Se os critérios não são claros para a professora que é a avaliadora, como poderão estar explicitados para os alunos? Reforçando e lembrando o que preconiza a Lei das Diretrizes e Bases para Educação Nacional (2013, p. 52), quanto à avaliação, está claro que a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Diante dessas considerações, é preciso deixar claro que o professor deve estabelecer critérios para avaliar seu aluno, não precisando ser determinante, desfavorável e opressor, mas que possam nortear o seu trabalho avaliativo enquanto orientador, observador, mediador e responsável pelo avanço e desenvolvimento do aluno.

No que diz respeito aos aspectos qualitativos e quantitativos, estes fazem parte dos critérios de avaliação escolar. É visível que em nenhum instante a professora fala de tais aspectos que estão explícitos na legislação nacional, onde está claro que os aspectos qualitativos prevalecem sobre os quantitativos. Nesse sentido, o fato de a professora não diferenciar o que são critérios avaliativos de instrumentos avaliativos faz refletir como a avaliação é desenvolvida na turma investigada, pois ela avalia sem mesmo diferenciar, ao certo, critérios de instrumentos avaliativos.

A quarta e última questão foi voltada para: **Quais os instrumentos (prova oral ou escrita, questionários, seminários, trabalhos individuais ou em grupo...) que você utiliza**

para avaliar? Justifique. A resposta apresentada pela professora foi:

- “Os instrumentos utilizados são autoavaliação e pesquisa”.

Diante do posicionamento da professora, é possível observar que não houve justificativa a esta resposta. A resposta se torna reducionista e um tanto vaga, não se percebendo a importância ou enfoque avaliativo desses instrumentos utilizados pela professora. É preciso acentuar que são muitos os instrumentos avaliativos disponíveis, e os mesmos auxiliam o professor a diagnosticar e investigar a aprendizagem do aluno, para poder auxiliar, intervir, mediar e promover o conhecimento cognitivo, efetivo e significativo deste, além de ajudar na dinamização e no replanejamento da prática educativa. Para tanto, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s (2001, p. 81), está escrito “[...] sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo”.

Sendo assim, a resposta se apresenta simplista, diante da gama de instrumentos que o professor tem à disposição, os quais podem e devem ser adaptados de acordo com os critérios que se pretende desenvolver no aluno. Como colocado anteriormente, quanto mais instrumentos utilizados pelo professor, melhor será para que ele possa averiguar a compreensão ou dificuldade do aluno, lembrando que a análise deve ser feita desprendida de “nota”, objetivando acompanhar e mediar a construção do conhecimento do aluno. Todavia, cumpre destacar que os melhores instrumentos são aqueles que permitem ao professor identificar e descrever as aprendizagens individuais. Corroborando com o que está sendo expresso, Haydt (2006, p. 313) acrescenta: “por isso, não convém utilizar apenas um instrumento avaliativo, confiando nele como se fosse infalível. O mais recomendável é empregar técnicas diversificadas e instrumentos variados”.

Há de se convir que são muitas as dicas e sugestões para o professor no momento que vai elaborar sua ação pedagógica no que diz respeito aos critérios e instrumentos avaliativos. O quadro 1 apresenta a relação ente critérios de avaliação e os instrumentos avaliativos correspondente, e pode auxiliar em elucidar esta realidade.

QUADRO 1: Relação entre critérios de avaliação e instrumentos avaliativos

<p>Critérios Avaliativos: são os guias da construção dos instrumentos de avaliação. Os mesmos devem estar definidos por ano de escolaridade e por disciplina. O professor deve estipular qual(is) o(s) critério(s) que se vai</p>	<p>Instrumentos Avaliativos: auxiliam e coleta os dados para o professor identificar avanços e retrocessos do ensino-aprendizagem. Deve-se analisar que instrumento mostra melhor a aprendizagem do aluno, estabelecendo-o previamente para avaliar um</p>
--	---

observar e avaliar.	conteúdo.
<p>Pontos que deve ser observado pelo professor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O professor tem que ver os objetivos que traça para o ano letivo; • Como estão sendo trabalhados e desenvolvidos; • Os critérios utilizados estão contemplando a proposta curricular oficial? • Os critérios variam de acordo com o que o professor pretende que o aluno aprenda e desenvolva em cada área ou disciplina. • Compartilhar os critérios com seus alunos antes que eles realizem a tarefa; é bom que eles saibam como e no que serão avaliados. • Exemplos: critério que podem ser avaliados na área da escrita. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Relação da letra/som; ✓ Segmentação das palavras; ✓ Estrutura do texto em prosa ou poesia; ✓ Ortografia: palavras escritas com “s” e “z”; ✓ Transcrição oral; ✓ Uso correto de pontuação. 	<p>Alguns instrumentos avaliativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades escritas ou orais; • Trabalho de pesquisa; • Provas: individuais, em grupo e com consulta; • Exercícios; • Seminários; • Experimentos; • Dramatização; • Exposições; • Questionários; • Autoavaliação; • Paródias; • Simulados; • Mapas conceituais; • Entrevistas; • Relatórios; • Jogos; • Confecção de: maquetes, cartazes, murais...; • Portfólios; • Linha do tempo; • Produções de textos, desenhos, álbuns, vídeos, fotografias,...; • E outros.

Fonte: Compilação da própria pesquisadora.

Para concluir, a pesquisa empreendida oportunizou uma análise qualitativa à luz dos documentos educacionais, teóricos e estudiosos da avaliação. Pôde-se constatar uma concepção tradicional de avaliação a partir das respostas da professora da turma de 4º ano do Ensino Fundamental I e perceber que a mesma se equivocou, ou não sabe diferenciar critérios de instrumentos avaliativos. O estudo evidenciou que nas respostas apresentadas e compartilhadas pela professora existem divergências, porém podem ser úteis para se repensar sobre o conceito de avaliação e os critérios e instrumentos avaliativos do processo ensino-aprendizagem utilizados pelos professores nos mais diferentes espaços escolares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o trabalho realizado, o qual traz a proposta de analisar a concepção de avaliação escolar e quais os critérios e instrumentos utilizados por professores do Ensino Fundamental I, adentrando, em especial, em uma turma de 4º ano para conhecer como a mesma é avaliada, o presente estudo buscou entender qual a concepção da professora sobre a temática, objetivando comparar suas respostas com o que é exposto pelos documentos oficiais de educação e o entendimento dos teóricos sobre o assunto em pauta.

A propósito, fica nítida, ao longo do estudo, a relevância de debater a exposição do tema, quando para muitos a avaliação é vista como um grande obstáculo. Mesmo assim, deve-se resgatar o assunto temido por muitos professores e alunos, com a intenção de desmistificá-lo e fazer o professor compreender que a avaliação é essencial para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, ajudando-o a diagnosticar, mediar e intervir na construção do conhecimento do aluno.

Para tanto, é indispensável resgatar na formação continuada, nos planejamentos pedagógicos, nas rodas de conversas, nos cafés pedagógicos, nas palestras proporcionadas pela escola, grupos de estudos e em outros encontros, em especial, aqueles que envolvem a comunidade docente, para que aconteça um real avanço significativo e de qualidade na aprendizagem dos alunos.

Os resultados obtidos da análise através da pesquisa quantitativa têm a pretensão de colaborar e subsidiar professores na sua prática educativa, a qual não está dissociada da trajetória e construção do conhecimento do aluno.

A partir desse estudo de caso, percebe-se que a professora ainda não tem uma clara compreensão do conceito de avaliação e dos critérios e instrumentos avaliativos que podem ser utilizados. A mesma finda contradizendo-se em suas respostas, causando confusão quanto aos critérios e instrumentos avaliativos. Isso leva a pensar como, de fato, acontece a avaliação dos alunos dessa turma.

A busca de conclusões conduz à seguinte reflexão: se a professora não distinguiu bem os critérios de instrumentos avaliativos, como será que a mesma realiza, realmente, a avaliação? Na verdade, com relação aos instrumentos avaliativos, sabe-se que o professor pode se beneficiar de todos os instrumentos que conhece, desde o mais simples até o mais rebuscado, contanto que o mesmo possa auxiliar no processo de desenvolvimento e conhecimento do aluno.

Sabe-se que a avaliação não se resume apenas a instrumentos avaliativos, principalmente se for intencionado verificar e quantificar o conhecimento do aluno, mas, infelizmente, ainda existem professores que pensam que uma boa avaliação é aquela em que se aplica prova, já que a mesma, na maioria das vezes, é usada para dizer se o aluno aprendeu ou não o conteúdo. O professor pode e deve coletar informações, mas é essencial que ele saiba usá-las corretamente, de maneira que possa favorecer e promover uma aprendizagem significativa.

Longe de esgotar a discussão sobre avaliação, mas objetivando a reflexão sobre o tema, a pesquisa realizada foi importante para compreender que, apesar de a professora estar há bastante tempo em sala de aula, demonstrou dificuldades em responder as questões, o que leva a compreensão de que a mesma precisa inovar e agregar novos valores e conhecimentos ao ato de avaliar. Aspectos que, acredita-se, não estarem restritos apenas à realidade investigada, mas presentes em outros contextos escolares.

Por isso, cabe ao professor conhecer documentos oficiais da educação, que orientam e norteiam como deve acontecer o processo avaliativo, como também seus alunos, e avaliar da melhor maneira possível, tendo objetivos claros e definidos, visando sempre à qualidade e não à quantidade. Também é válido refletir que o professor deve estabelecer novas posturas no que diz respeito à avaliação escolar e aos instrumentos avaliativos utilizados, procurar demonstrar menos rigidez na formalização de obstáculos, para que as tarefas dos alunos se transformem em peças fundamentais na produção e construção do seu próprio conhecimento.

Com efeito, para que se tenha uma avaliação que contemple as necessidades dos alunos, o professor precisa estar comprometido com a mudança de postura, pois ensinar exige foco, e os alunos carecem de um professor que se beneficie da avaliação para verificar em que medida os seus objetivos foram alcançados, pois é a partir dessa análise feita, considerando as respostas “certas ou erradas”, ou hipóteses construídas pelos alunos, que ele poderá ajudá-los.

Diante do exposto, pode-se pensar na avaliação como um arcabouço de informações que propicia a aprendizagem e que não se encerra em si mesma, mas que auxilia o professor a diagnosticar, analisar e mediar o aluno a superar os entraves, além de conduzir o aluno a confrontar seus conhecimentos, oportunizando-o (re) construí-los as vezes que necessitar.

Entende-se que a avaliação da aprendizagem, a qual é composta por vários instrumentos e atividades, ajuda o professor a alcançar os objetivos em sua prática educativa, sem precisar rotular, marginalizar ou excluir o aluno. Sendo assim, o processo avaliativo deixa de ter caráter de promoção ou de reprovação e adquire finalidade diagnóstica, servindo

para detectar dificuldades e possibilidades de desenvolvimento integral do aluno.

Portanto, a avaliação precisa ser concebida de maneira que os atores envolvidos neste processo se importem e queiram, de fato, avançar e redimensionar a educação, para que haja melhoria no ensino-aprendizagem. E para que isso aconteça, faz-se necessário que os atores – aluno, professor, aprendizagem e instituição - estejam sempre abertos e desejosos por mudanças que favoreçam o conhecimento educacional.

Logo, conclui-se que a avaliação é um agente favorecedor do processo de ensino e aprendizagem e deve ser vista como um suporte que auxilia o professor em sua prática pedagógica e que, ao ser executada, necessita constantemente de reflexão, com o intuito de garantir um ensino-aprendizagem de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

_____, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. 3ª ed. Brasília, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. – 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia e técnicas de pesquisas sociais**. 6ªed.-2.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 8. ed. –São Paulo: Ática, 2006.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 8ª ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1996.

_____. **Avaliação: Mito e Desafio - uma perspectiva construtivista**. 14ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1991.

_____. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexível sobre a criança**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. 6ª Reimpressão. - São Paulo: Cortez, 1993.

_____, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1ª ed. São Paulo: Cortez: 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Reimpressão: 2007. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. 14ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. 11ª: Ed./ São Paulo: Libertad, 1993 (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 3).

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____, In. REVISTA NOVA ESCOLA/Jun.2015. **Educação Infantil inspira avaliação formativa**. Disponível em Acervo. novaescola.org. br/img/planejamento/zabala.doc. Acesso: 15/10/2016.

ANEXO

**Escola Municipal Professora Maria Antônia de Lima
Assentamento Acauã- Santana do Matos/RN**

DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Data nascimento: _____

Formação: _____

Quanto tempo de Magistério: _____

Quanto tempo faz que leciona na turma de 4º ano: _____

QUESTIONÁRIO

01- Qual a sua concepção de avaliação?

02- Como você avalia seu aluno?

03- Quais os critérios que você utiliza para avaliar?

04- Quais os instrumentos (prova oral ou escrita, questionários, seminários, trabalhos individuais ou em grupo...) que você utiliza para avaliar? Justifique.
